



ACPO
Associação de Combate aos Poluentes
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98



Boletim da ACPO



Resumo das Atividades de 2001

JANEIRO

- **Notícias de Jornal.**

Sexta-feira, 12 de janeiro de 2001

Estadão.com.br
Síntese

A Expedição das Américas do Greenpeace traz a Santos o navio MV Artic Sunrise
Navio do Greenpeace passa fim de semana em Santos

Durante visita à embarcação, secretário do Meio Ambiente promete para março relatório sobre contaminação por resíduos tóxicos industriais na Baixada Santista

Segundo Roberto Kishinami, diretor executivo do Greenpeace, "as empresas poluidoras em São Paulo já são identificadas e continuam sendo fontes dos mesmos poluentes. No Rio de Janeiro, pretendemos conseguir compromissos de banimento das substâncias tóxicas persistentes, conforme a Convenção da ONU/UNEP para Eliminação de POPs, que será assinada em maio deste ano, em Estocolmo". O Brasil deverá ser um dos signatários da Convenção.

"Atualmente, essas substâncias podem ser fiscalizadas pelos órgãos governamentais, mas sua produção ainda é permitida", diz Trípoli. Na opinião do secretário, a situação das indústrias no Estado está controlada nos últimos anos, mas existe um grande passivo ambiental a ser sanado. O caso mais grave e conhecido na Baixada Santista é o da **Rhodia**, que despejou mais de 12 mil toneladas de produtos tóxicos, que estão ativos até hoje em vários depósitos, localizados entre Cubatão e Itanhaém.

Segundo João Carlos Gomes, secretário da **Associação dos Contaminados Profissionalmente por Organoclorados**, são mais de 300 mil toneladas de solo comprometidos e algumas centenas de funcionários da Rhodia contaminados por hexaclorobenzeno (HCB) e pentaclorofenol (pó da china), até o fechamento da indústria em 1993. São pessoas como F.A.M.F, que tem 40% da capacidade respiratória comprometida, problemas no fígado, e outro problemas.

• SEMINÁRIO.

Sábado, 13 de janeiro de 2001

Estadão.com.br - Síntese

Secretário promete vetar poluentes no Estado

Íntegra de: CIDA OLIVEIRA

Ricardo Trípoli afirmou que aguarda apenas a assinatura de convenção mundial sobre o tema

SANTOS - O secretário estadual do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli, aguarda apenas que seja assinada a Convenção Internacional para Banir os Poluentes Orgânicos Persistentes, em maio, para proibir a utilização dessas substâncias no Estado de São Paulo. Trípoli esteve ontem, em Santos, visitando o navio do Greenpeace MV Artic Sunrise, que atracou no porto na noite de quinta-feira.

No próximo mês, a Cetesb apresenta um levantamento sobre os poluentes que atingem o estuário de Santos. A convenção vai criar uma lista de 12 poluentes proibidos: aldrin, clordano, DDT, dieldrin, dioxinas, endrin, furanos, heptaclor, hexacloro, mirex e toxefeno. "As indústrias terão que procurar produtos alternativos para manipularem", alertou Trípoli.

Segundo o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami, não foram criadas novas fontes de poluição na Baixada Santista, mas várias empresas continuam trabalhando com substâncias tóxicas. Citou a **Rhodia**, que segundo disse "continua com depósitos aqui" e ainda a Carbocloro e a Dow Química "que produzem

organoclorados". A Associação Brasileira das Indústrias de Cloro contesta as afirmações dos ambientalistas.

A passagem do navio do Greenpeace foi marcada pelos protestos contra a poluição por ascarel provocada pela Gerdau, em Porto Alegre. No fim de semana, em Santos, o navio pode ser visitado das 10 às 18 horas. Os ativistas participaram hoje, em Cubatão, de mobilização com ativistas locais.

Termelétrica...

Sufocará ainda mais Cubatão

As entidades: MDV - Movimento em Defesa da Vida, Associação das Vítimas da Poluição e más Condições de Vida em Cubatão, MUP - Movimento pela Universidade Pública da Baixada Santista, **ACPO** - Associação dos Contaminados Profissionalmente por Organoclorados, APEOESP, CUT Regional/Estadual, FUP - Federação Única dos Petroleiros, SOS Mata Atlântica, Greenpeace, ICEM - Federação Internacional dos Trabalhadores da Indústria Química, Energia e Minas, Pastoral Operária de Cubatão, Comissão Regional de Benzeno da Baixada Santista, Clube 2004, Fórum de Saúde e Meio ambiente da Baixada Santista, realizaram hoje 13/01/01, em Cubatão uma manifestação contra a instalação na Cidade da usina termelétrica a gás da CCBS.

Termelétrica de Cubatão - Informe-se e Lute Contra esse Monstro, afirmam os ecologistas em panfletos que vêm sendo distribuídos à população desde o início da semana.

O projeto da Petrobrás-Marubeni pretende gerar até 959 Megawats de energia e vapor de água. Através da queima de 4.000.000 de metros cúbico de gás por dia. O projeto está sendo submetido à Cetesb e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente.

A manifestação contou com apresentações artísticas e shows musicais, mostrando temas sobre os problemas de saúde e meio ambiente". Dentre os vários discursos contra a instalação de mais um monstruoso projeto para nossa Cubatão já saturada, foi o da vereadora [Márcia Rosa \(1\)](#), que encaixou perfeitamente as palavras e ao final arrematou convocando o Sr. Prefeito Clermont (médico), a repensar o seu posicionamento na questão, que no mínimo não combina com a ética médica.

O que precisamos é uma Universidade Pública para desenvolvimento de tecnologia de ponta e reconstruirmos uma Baixada Santista livre de poluentes, este hoje o único objeto realmente metropolizado na Baixada Santista. Hoje temos consciência que os

problemas do pólo petroquímico e siderúrgico não é um problema apenas de Cubatão, é um problema que afeta toda a Baixada Santista.

"A região de Cubatão está saturada, a Cidade não comporta mais indústria poluidoras".

"Os estudos apresentados pelos responsáveis do projeto sobre o consumo de água da usina termelétrica são considerados frágeis".

"O que se discutia era como seriam gastos os R\$ 17 milhões que a CCBS colocou à disposição da comunidade, a título de compensação ambiental, pois ali só se discutia a questão do gerenciamento do dinheiro".

A Promotora de Justiça Dra. Liliane Garcia Ferreira, ingressou com um procedimento investigatório sobre a usina, após o parecer do assistente técnico do Ministério Público e ex-gerente da CETESB o Ilustríssimo engenheiro, Professor Élio Lopes.

A manifestação foi um sucesso, acreditamos que, os que se opõe a atos como o de hoje, não amam Cubatão, despreza a Baixada Santista, desconhecem o que significa dignidade, saúde e não reconhecem o verde que reveste as matas, apenas o verde que reveste outros valores (US\$).

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo01.jpg

Veja imagens da manifestação:



Clique nos links abaixo para ver as imagens ampliadas:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo02.jpg

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo03.jpg

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo04.jpg

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo05.jpg

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo06.jpg

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/Termo07.jpg

• **Termelétrica II.**

Sexta-feira, 26 de janeiro de 2001

MANIFESTO

Ao Ilmo. Sr.
Dr. CLERMONT SILVEIRA CASTOR
Exmo. Prefeito Municipal
Município de Cubatão/SP

Ao CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
Ilmo. Sr. RICARDO TRÍPOLI - Presidente
Ilmo. Sr. GERMANO SEARA FILHO - Secretário Executivo

CC:
À Ilma. Sra.
Dra. LILIANE GARCIA FERREIRA
DD. Promotora de Justiça
Curadoria de Meio Ambiente
Ministério Público do Estado de São Paulo

**REF: EMPREENDIMENTO - CCBS
"CENTRAL DE COGERAÇÃO DA BAIXADA SANTISTA"**

Prezados Senhores,

É com satisfação que nós, da ASSOCIAÇÃO DE CONSCIÊNCIA À PREVENÇÃO OCUPACIONAL - ACPO, nos dirigimos ao Sr. CLERMONT SILVEIRA CASTOR que hoje ocupa o importante cargo de chefe do Poder Executivo de uma das principais cidades da Baixada Santista, sede do maior pólo petroquímico do país e igualmente ao CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente. Prefeito esperamos ter o prazer de o fazer-lhe pessoalmente em futuras ocasiões, uma vez que vossa excelência tem demonstrado nestes primeiros dias de governo a disposição - não observada em gestões anteriores infelizmente - de manter-se aberto ao diálogo com os diversos setores e segmentos da sociedade civil organizada.

Recorremos, pois a este salutar princípio democrático da discussão e do debate das questões de interesse comum da população, para humildemente apresentar-lhe formalmente nossos argumentos em relação à postura pública assumida por nossa entidade quanto ao empreendimento supra mencionado, qual seja de CONTRARIEDADE ao mesmo não só na cidade de Cubatão, mas também nos demais municípios da nossa região, cujo suporte de absorção de impactos ambientais elevados - nitidamente característico de usinas termelétricas - encontra-se saturado pelas atividades industriais e portuárias em larga escala aqui observadas, fato apontado por diversos estudos científicos e defendido por pesquisadores avalizados para tal.

Outros aspectos sócio-econômicos e ambientais também nos levam a assumir tal posição, que encontra oposição de outros segmentos da sociedade uma vez estabelecida a polêmica sobre a questão, a qual poderia dirimir-se caso houvesse melhor tratamento da mídia local para com a controvérsia, uma vez que temos observado pouco confronto de argumentos técnicos, e muito mais o embate passional e muitas vezes financiado pelo poderoso lobby econômico interessado no empreendimento, resultando num quadro de enfrentamento típico de desenvolvimentistas contra preservacionistas, como se estes últimos - nos quais nos auto-incluímos - não tivessem interesse no verdadeiro desenvolvimento de nossa região.

Para contribuir com o aprofundamento técnico e político da discussão, e oferecer-lhe subsídios que possam auxiliá-los na sua revisão de posição, e no posicionamento final do CONSEMA, gostaríamos de elencar abaixo alguns tópicos que julgamos fundamentais para a análise criteriosa do assunto e que nos parecem até aqui relegadas à segundo plano:

1- A queima do gás natural tem sido utilizada de maneira crescente em outros países, muitas vezes em substituição a outros combustíveis fósseis - como o carvão, por exemplo - visto sua queima produz proporcionalmente menos poluentes atmosféricos (que são gerados), no entanto resultando nesse caso particular num avanço se aplicada a chamada relação custo/benefício. Vale ressaltar, entretanto, que tais países recorrem a usinas termelétricas - e outras movidas a combustível nuclear também - para produção de energia elétrica tão somente por não possuem o potencial hidrelétrico que países como o Brasil possuem. Em recente reportagem do "Estado de São Paulo" (13 de janeiro p.p.), o governo federal garantiu que as reservas atuais deste tipo de geração de energia suportam a demanda atual e futura do consumo de eletricidade em nosso país, fato que por si só torna questionável a mudança do modelo atual (hidrelétrico) sem a apresentação de argumentação mais contundente neste sentido;

2- O elevado custo da energia gerada a partir da queima do gás natural têm sido, aliás, o grande empecilho para a implementação deste programa energético alternativo do governo federal, conforme revela a reportagem veiculada pelo "Valor" em edição recente (22 de janeiro p.p.). A necessidade de intervenção da Petrobrás neste programa, alvo de críticas de outras operadoras do setor, deixa dúvidas quanto à viabilidade econômica do projeto e levanta suspeitas quanto aos reais objetivos perseguidos com este tipo de programa, reportando ao episódio recente da privatização dos portos, que no caso particular da cidade de Santos resultou na drástica redução dos postos de trabalho na cidade, sem, no entanto oferecer considerável aumento de arrecadação para o município, além de estudos posteriores apontarem que as tarifas praticadas pelos operadores portuários privados tiveram redução insignificante. Também o episódio ocorrido tempos atrás, em que a Union Carbide investiu numa unidade para produção de polietileno a partir do álcool etílico, que se tornou inviável e foi desativada pouco depois pelas mudanças na política de incentivos da atividade alcooleira pelo governo federal, atestam os riscos envolvidos neste tipo de procedimento;

3- O gás natural, produto originário da exploração e produção de petróleo - para a qual, inversamente, nosso país não possui a auto-suficiência - é um combustível passivo de oscilações de cotação no mercado, com conseqüências diretas sobre os preços praticados ao consumidor. Ainda que a CCBS venha a ser mera fornecedora da energia à concessionária local - que têm seus preços determinados pela ANEEL - é óbvio que a eventual elevação dos preços do gás natural resultaria na elevação das tarifas aplicadas ao consumidor, do contrário a própria viabilidade da geradora ficaria comprometida, exceto pela concessão de subsídios governamentais que, em se concretizando, representaria um ônus inaceitável para a sociedade de um país carente de recursos públicos para áreas essenciais como saúde pública e educação, por exemplo. Em recente reportagem do "Valor" (23 de janeiro p.p.), foi noticiado o

aumento dos preços do gás natural nos Estados Unidos - onde o preço do mesmo chegou a quintuplicar somente no ano passado - cujos estados como a Califórnia, em grave crise energética, consomem 53% de sua eletricidade a partir da geração termelétrica. Várias operadoras do sistema energético daquele estado norte-americano - impedidas de repassarem tais aumentos aos consumidores - simplesmente faliram, isso num país com atividade econômica crescente e mercado consumidor com poder aquisitivo preservado;

4- O fornecimento de vapor - utilidade indispensável à diversas indústrias do pólo petroquímico - por uma única empresa, torna factível a monopolização dos preços deste serviço, que hoje é efetuado pelas próprias empresas consumidoras, além de representar fator de risco para a manutenção dos postos de trabalho na operação das caldeiras destas fábricas. Em contrapartida ao número não especificado de postos a serem criados pela CCBS, abre-se a preocupante perspectiva de uma redução considerável de empregos nas indústrias do pólo. A alternativa de se utilizar o próprio gás natural como combustível destas caldeiras parece-nos muito mais apropriada, pois o volume a ser consumido seria muito menor, com redução das estimativas de poluentes atmosféricos gerados a partir da queima do gás, além da substituição dos combustíveis hoje utilizados (mais poluentes) por estas, isto sim resultando numa relação custo/benefício vantajosa. O volume de água a ser consumido pela CCBS para tamanha geração de vapor também nos parece pouco discutido, ao contrário daquilo que seria recomendado, visto que existe hoje um consenso a respeito da carência dos recursos hídricos não para geração de energia hidrelétrica, mas para consumo como água potável especificamente;

5- Quanto às avaliações sobre o impacto ao meio ambiente, ficou evidente que existem dúvidas sobre a real confiabilidade destes estudos, mesmo porque existem técnicos que discordam da metodologia aplicada e mesmo da interpretação dos resultados apresentados, conforme noticiado por "A Tribuna" (23 de janeiro p.p.). Existe uma notória preocupação, não sem razão, de que eventuais ganhos econômicos advindos da nova usina possam vir a ser, a médios e longos prazos principalmente, suplantados por problemas de saúde pública em larga escala, em especial devido às condições geográficas desfavoráveis observadas em nossa região para dispersão dos poluentes na atmosfera, agravadas ainda mais nos meses de inverno. A cidade que tanto têm lutado pela redução na emissão de particulados no ar pode ver todo o trabalho efetuado prejudicado com a emissão e concentração nos períodos críticos de poluentes ainda mais perigosos: gases nitrosos, monóxido de carbono e hidrocarbonetos, reconhecidamente nocivos à saúde humana. Pesquisas recentes efetuadas na região atestam preocupantes níveis elevados de doenças graves relacionados com um provável fator ambiental, como a pesquisa divulgada pela "Folha de São Paulo" (01/11/1999), de autoria da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Não descartamos a possibilidade de geração de energia elétrica e vapor em outras regiões a partir de usinas termelétricas - a gás ou qualquer outro combustível - como sendo aceitável, mas chamamos a atenção para a necessidade de avaliação da questão dentro de todo este contexto. Se a implantação de tal usina termelétrica fosse assim tão benéfica considerando-se todos estes aspectos abordados, outras cidades não teriam descartado o empreendimento, como foi o caso de Santa Branca e São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Até que exista um consenso sobre os reais benefícios sócio-econômicos e a exata dimensão dos prejuízos ambientais acarretados por este empreendimento, apelamos para as autoridades e em especial ao Sr. Prefeito para a aplicação do chamado "Princípio da Prevenção", tão comum em sociedades mais amadurecidas em seu conceito de cidadania. Nestas sociedades, existe a consciência sobre a intimidade entre salubridade ambiental e qualidade de vida.

Existe uma firme disposição de certos setores do empresariado local, disposição esta apoiada em forte esquema publicitário, de incutir na opinião pública um conceito a nosso ver equivocado de que a atividade econômica, como agente criadora de riqueza, fundamenta-se única e exclusivamente em atividades portuárias e industriais de grande porte, fortemente impactantes sobre o meio ambiente de uma região já extremamente degradada e com reflexos negativos visíveis sobre a qualidade de vida da população.

De nossa parte, vítimas que somos de um empreendimento industrial ultrapassado e obsoleto já à época de sua implantação em Cubatão nos anos setenta (produção de solventes orgânicos clorados), existe uma vocação em lutar para que nossa região receba investimentos que possam trazer não só quantidade de empreendimentos, mas qualidade destes também. Preferimos, por exemplo, o alinhamento de nossa entidade com o movimento público e supra-partidário pela implantação da Universidade Pública da Baixada Santista, e tentamos a partir deste sensibilizar nossas autoridades para o salto de qualidade que nossa região teria em termos de desenvolvimento se comparado à este ultrapassado e arcaico modelo predatório de atividades industriais e portuárias em escala desproporcional para o suporte ambiental de nossos ecossistemas. Cidades como Campinas e São Carlos, só para citar exemplos de cidades interioranas, tiveram na implantação de universidades públicas uma poderosa alavanca de desenvolvimento econômico, tecnológico e social conseqüentemente.

Permanecemos abertos ao diálogo e ao debate deste e de outros temas polêmicos esperançosos de que, em sua gestão, a partir da aproximação não ocorrida em tempos passados com as ONGs e entidades representativas da sociedade, possamos todos trilhar juntos o caminho do desenvolvimento auto-sustentado e socialmente justo.

Cordiais saudações,

ACPO

FEVEREIRO

• Termelétrica III.

Quinta-feira, 01 de fevereiro 2001

CCBS obtém licenciamento

"O licenciamento ambiental do projeto foi aprovado na noite de segunda-feira, na Capital, após uma longa reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), presidida pelo secretário estadual de Meio Ambiente, Ricardo Trípoli. Houve tumultos provocados por representantes de entidades ambientais contrárias ao empreendimento, obrigando os 24 conselheiros a reunir-se em uma sala fora do auditório, para aprovar a obra. O principal argumento desses ambientalistas é que a usina vai gerar uma quantidade de poluentes superior à emitida hoje pela RPBC. A incidência de raios solares sobre esses poluentes transforma-os em ozonas, mistura de gases que fazem mal à saúde. Mas, técnicos da Cetesb garantem que isso não ocorrerá, pois a liberação de poluentes é inferior à atual. Clermont — Temendo a hipótese do agravamento do quadro ambiental, o prefeito Clermont Silveira Castor, que é médico, nomeou ontem uma comissão técnica, presidida pelo secretário municipal de Meio Ambiente, Antônio Claret, para acompanhar a construção e o funcionamento da usina. Clermont também anunciou a reativação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema) para ajudar o grupo nessa fiscalização. A Central de Co-geração de Energia da Baixada Santista é uma usina termelétrica projetada para ser implantada nas dependências da Refinaria Presidente Bernardes"

(Jornal A Tribuna de Santos)

Estávamos lá...

Apesar de não haver consenso entre a quantidade de poluentes apresentados no projeto pelo empreendedor da termelétrica CCBS e os apresentados pelo Ministério Público, o CONSEMA aprovou o projeto.

O que se viu nesta reunião foi na verdade uma pré-disposição espalhafatosa do Secretário Ricardo Trípoli e da maioria dos Conselheiros em aprovar o projeto, uma vez que todos os pedidos de remeter o Projeto para aprofundamento na Câmara Técnica do CONSEMA terminou derrubado, ou seja, rejeitaram o aprofundamento da discussão e votaram um projeto repleto de interrogações.

O empreendedor obteve algo próximo de uma hora para explicar o projeto, sendo que o MP obteve alguns minutos para contrapor os pontos obscuros do projeto, mais que suficiente para mostrar a todos os presentes que os números do empreendedor não estavam totalmente em sintonia com a verdade.

A reunião seguiu na maior ordem democrática até a hora que o Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Senhor Ricardo Trípoli, colocou o projeto em votação, ao nosso ver, sem nenhuma condição, pois todas as questões colocadas não foram respondidas a contento pelo empreendedor, ainda mais quando foi citada a saída da SHITE do consórcio CCBS, responsável pelos dados ambientais, não havendo ali um desmentido formal e pontual pelos representantes presentes.

Nesta hora os ambientalistas promoveram uma manifestação em frente ao plenário, com apitos e palavras de ordem solicitando a proteção do Meio Ambiente e da Saúde Pública em Cubatão, isso impediu a votação naquele momento, pois todos os presentes já estavam convencidos do resultado.

Os ambientalistas foram acusados de não discutir o projeto nas audiências públicas, a insinuação foi imediatamente rechaçada, pois houve apenas uma audiência em Cubatão, e todas as reuniões propostas por estes foram negadas.

Em meio a toda aquela manifestação pacífica e legítima, presenciamos o Presidente da CETESB, numa visível atitude de intimidação, no mínimo estranha, acusando o Engenheiro Élio Lopes, representante técnico do Ministério Público, de ter promovido a discórdia. Dizia entre outras coisas, que o Sr. Lopes, era um mero empregado do MP, e ele o Presidente, era um procurador do Estado. Julgamos que o Presidente da CETESB deva apenas se restringir em conduzir a companhia de forma imparcial. O mérito puramente técnico deixe para os técnicos, e os méritos políticos para os políticos, não lhe cabe tomar partido deste ou aquele empreendimento. Julgamos que a entidade CETESB deva se posicionar apenas nas questões metodológicas e analíticas além de priorizar a saúde do meio ambiente e bem estar social. E por fim que o corpo de técnicos competentes desta instituição que tanto admiramos seja resguardado, pois infelizmente acabam arranhados por fatos políticos isolados como este.

Após negociação com os líderes, o Secretário apresentou duas propostas, que traduzindo significava: "Todos se sentem para podermos votar e aprovar a instalação da termelétrica" ou "Nós vamos nos retirar e aprovar em outro lugar".

O Secretário vendo que não conseguiria continuar a votação convocou os conselheiros para reunirem-se em outro prédio à portas fechadas e então aprovaram o projeto, com todas as dúvidas apresentadas.

EM 1999, ESTIVEMOS NO CONSEMA, QUANDO O CONSELHEIRO BOCUÍ, APRESENTOU EM AUDIÊNCIA A FITA "OCEANOS", ONDE MOSTRAVA A POLUIÇÃO DO ESTUÁRIO DA BAIXADA SANTISTA. NA OCASIÃO AS INDUSTRIAS DE CUBATÃO E O PORTO DE SANTOS FORAM APONTADOS COMO OS VILÕES DESTA POLUIÇÃO. NESTA REUNIÃO FOI SOLICITADO AO CONSELHO SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA.

Hoje, dois anos depois, vimos que nada foi feito de efetivo, e ao contrário do que era solicitada na época, o CONSEMA oferece para nossa sofrida Baixada Santista mais poluição... Não se trata apenas da mudança de matriz energética, substituir Diesel por Gás, como diz o Secretário, se trata de um incremento de geração de energia que não se faz sem queima de mais combustível fóssil.

De saldo positivo temos o Ministério Público do Estado de São Paulo, estudando todo o processo e ainda que o projeto tenha sido aprovado pelo CONSEMA, em havendo alguma irregularidade ou perda da qualidade ambiental agirá juridicamente contra o projeto.

- **Amianto é banido na cidade de São Paulo.**

Quinta-feira, 15 de fevereiro 2001

Justiça cancela todas as transferências dos trabalhadores contaminados pela Rhodia

A Exma. Sra. Juíza da 1ª Vara da Comarca de Cubatão Dra. Simone Curado Ferreira Oliveira determinou judicialmente o cancelamento de todas as transferências dos trabalhadores contaminados efetuadas pela Rhodia no início de 2000. E indeferiu o pedido de pagamento da diferença salarial ocorrida durante esse período. Justificou que só seria possível o deferimento deste pedido, após a vistoria da FUNDACENTRO, confirmando que a área para onde os trabalhadores foram transferidos é periculosa para eles.

Após alguns dias a Empresa Rhodia peticionou no processo 249/93, alegando que já havia cancelado definitivamente as transferências e que pagaria as diferenças salariais ocorridas no período, e que, portanto solicitava o cancelamento da vistoria da FUNDACENTRO em Paulínia, Santo André e São Bernardo do Campo.

Leia mais em:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/Relatorio_amianto.htm

• CONTAMINAÇÃO AVANÇA SOBRE A POPULAÇÃO....

Sexta-feira, 16 de fevereiro 2001

Ciência e Meio Ambiente (Agência Estado)

Os órfãos dos POPs

Trabalhadores de indústrias químicas e vizinhos de depósitos tóxicos lutam para comprovar doenças e responsabilidades

Campinas - A Secretaria de Defesa do Meio Ambiente de Paulínia (Sedema), no interior de São Paulo, vai realizar uma varredura em todo o município, para identificar depósitos de organoclorados, organofosforados, metais pesados, agrotóxicos e resíduos de petróleo. Henrique Padovani, secretário municipal do Meio Ambiente, solicitou o levantamento ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na quinta feira, depois que a Shell Química do Brasil reconheceu a contaminação do lençol freático, por organoclorados, em um bairro de chácaras, o Recanto dos Pássaros, localizado no limite da cidade.

Segundo Padovani, existem pelo menos mais 5 locais onde há suspeitas de depósitos clandestinos de poluentes orgânicos persistentes (POPs), todos situados às margens do rio Atibaia. "A contaminação das águas seria a causa de diversas mortandades de peixes ocorridas nos anos 90, por isso, além da avaliação do IPT, estou solicitando à Vigilância Sanitária exames de saúde dos residentes destas áreas, quase todos de baixa renda", afirma o secretário. Os exames de saúde serão pagos pela Shell e realizados por juntas médicas.

A contaminação da Shell não é recente, nem era desconhecida da empresa ou do poder público. Trata-se de uma herança dos anos 80, quando foi desativada uma linha de produção de agrotóxicos e restaram matérias primas, pesticidas e resíduos, empilhados no terreno da Shell. Em 1993, a área foi vendida, mas a Shell continuou responsável pelo passivo ambiental, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público.

Apesar de monitorados no perímetro da antiga fábrica, os produtos vazaram e atingiram o lençol freático. Diversos laudos e análises vêm sendo feitas nos últimos 5 anos, por pressão dos proprietários das chácaras vizinhas, mas a empresa não admitiu a contaminação da água até o início deste mês, quando um laudo do laboratório

Ciemic atestou altos níveis de Dieldrin, Endrin, Aldrin e Heptacloro na água dos poços de 7 chácaras. O Endrin e o Dieldrin são fabricados apenas pela Shell, em todo o mundo, por isso são de sua única responsabilidade. A empresa passou a fornecer água de caminhões pipa para os moradores, como medida de mitigação emergencial, e está negociando compensações.

Na próxima terça-feira chega ao país uma equipe técnica da Holanda para mapear a extensão da contaminação e verificar as providências a serem tomadas para remoção dos contaminantes. Ainda não se sabe se a contaminação é decorrente do vazamento de tambores ou de resíduos incinerados dos organoclorados, enterrados em valas sem proteção. Segundo Klaas den Haan, especialista na remoção de resíduos tóxicos da Shell, "o dimensionamento da fonte de contaminação vai determinar o método a ser usado: pode ser desenterrar os resíduos, encerrá-los em materiais inertes e armazená-los num local seguro ou construir barreiras isolantes no solo, de concreto ou aço, por exemplo".

Sintomas difusos

O caso de Paulínia ilustra, de modo exemplar, a dificuldade de se identificarem fontes de contaminação química, mesmo num dos estados mais ativos no controle ambiental de atividades industriais. "Por falta de controle sobre os resíduos tóxicos, existem muitos depósitos clandestinos, com vários poluentes misturados, que muitas vezes não conseguimos nem saber de onde vieram", observa Délcio Rodrigues, do Greenpeace, uma das poucas entidades capacitadas a acolher denúncias desse tipo de contaminação.

O desconhecimento geral da localização dos depósitos e do tipo de poluentes que contém, dificulta a identificação da causa das doenças, por parte das vítimas, e praticamente inviabiliza a luta para responsabilizar os poluidores. A contaminação por POPs manifesta-se de forma crônica e através de sintomas difusos, que podem ser diferentes para cada pessoa. O único caminho para os "órfãos dos POPs" tem sido associar-se entre si, com advogados ou ambientalistas, para acionar o Ministério Público em seu favor.

É o que recomenda, por exemplo, a Associação dos Contaminados Profissionalmente por Organoclorados (ACPO) de Cubatão, a todos que os procuram para saber como conseguiram acordo com a empresa poluidora. A ACPO foi criada em 1994, após o fechamento de uma unidade da Rhodia, que fabricava solventes clorados e atualmente mantém um site na Internet para auxiliar em casos semelhantes. Cerca de 150 funcionários trabalhavam na Rhodia na época do fechamento, dos quais 78 continuam ligados à empresa, em licença remunerada, por terem comprovado problemas de saúde relacionados à contaminação por POPs.

Doenças crônicas

A manifestação da contaminação varia, caso a caso. João Carlos Gomes, de 35 anos, trabalhou em contato com hexaclorobenzeno entre 1978 e 1993 e tem problemas de infertilidade. Após tratamento, teve um filho, hoje com 4 anos, que nasceu prematuro e tem déficit de atenção. Está inabilitado para qualquer trabalho em contato com agentes químicos tóxicos.

Francisco A Moura Filho, de 48 anos, começou a trabalhar em 1977 como ajudante de operações, em contato com pentaclorofenol. Em uma semana, o produto corroeu seus pulmões, reduzindo a capacidade respiratória em 40%. Passou 2 anos afastado e voltou para uma outra unidade, onde teve contato com tetracloreto de carbono (usado na fabricação de CFCs) e percloroetileno (desengraxante automobilístico). Além dos pulmões afetados, tem problemas de fígado e o corpo cheio de "caroços".

Marcelo Martinez de Mattos, de 35 anos, trabalhou de 89 a 93, em contato com os mesmos tetracloreto de carbono e percloroetileno e desenvolveu câncer de tireóide. Fez os primeiros exames, que identificaram nódulos malignos, entre 95 e 96, mas só obteve o laudo positivo destes exames em 1998. Na cirurgia, finalmente realizada em 1999, o câncer havia tomado toda a tireóide e começava a se espalhar, obrigando os médicos à retirada completa da glândula seguida de radio-iodo-terapia. Hoje toma hormônios diariamente, para suprir a função da tireóide, e está sujeito à instabilidade de peso, pressão alta, taquicardia e tremores musculares.

Os exames e tratamento dos 3 foram custeados pela Rhodia, assim como o dos outros 75 funcionários, licenciados junto com eles. Mas existem suspeitas de contaminações indiretas, não cobertas pelo acordo entre a empresa e a ACPO. A mãe de Marcelo Mattos, Marlene Martinez, de 60 anos, tem câncer no estômago e esôfago. "Acreditamos que ela tenha desenvolvido a doença por que lavava as minhas roupas, que vinham da fábrica impregnadas com os produtos tóxicos", conta o filho.

Em busca de depósitos

A comprovação da responsabilidade é difícil, mesmo que um exame de sangue de Marlene revele a presença dos POPs. "Qualquer um de nós tem um certo nível de organoclorados no sangue", comenta Heloísa Toledo, do Instituto Adolfo Lutz, pesquisadora responsável pela análise de intoxicações por pesticidas. Segundo ela, a presença de hexaclorobenzeno no sangue dos contaminados de Cubatão foi "perfeitamente identificada". Além disso, todos eram funcionários da Rhodia e tiveram contato direto com os POPs. Mas quando a fonte é difusa ou desconhecida, é difícil estabelecer a relação entre os contaminantes e as doenças desenvolvidas.

A maioria dos casos que chegam ao Adolfo Lutz são de grupos de pessoas, encaminhadas para exame após a descoberta de um depósito tóxico. “Raramente temos pedidos individuais, em geral fazemos laudos de grupos de pessoas contaminadas, a pedido do Ministério Público”, comenta Heloísa. “Devido a estas dificuldades, uma de nossas linhas de atuação é tentar identificar depósitos tóxicos junto a indústrias que trabalham com cloro, com branqueamento de papel ou na fabricação de PVC”, diz Délcio Rodrigues, do Greenpeace.

Esta foi uma estratégia adotada também pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, que há 5 anos dá andamento a um inventário de áreas contaminadas por resíduos tóxicos, em todo o estado. Até agora já foram levantados cerca de 300 locais de risco, “mas devemos chegar a 4 mil”, estima Orlando Zuliani Canettari, diretor de Controle de Poluição Ambiental da secretaria.

Boa parte dos locais contaminados são postos de gasolina, em alguns casos abandonados pelos proprietários, sem condições de cobrir os custos de remediação. Mas a contaminação por POPs não fica muito atrás. “Mesmo antes de terminar o inventário, estamos negociando com algumas empresas a descontaminação, que é muito cara”, acrescenta Canettari. “Nossa prioridade, nesta fase, é a Saúde Pública”.

Funcionários públicos

Mas a Saúde Pública também tem seus contaminados. No Mato Grosso do Sul, cerca de 100 funcionários ligados a órgãos do Ministério da Saúde procuraram o advogado Franco José Vieira, da Atividade Advocacia Associados, com suspeita de contaminação por DDT e BHC. Todos trabalham há mais de 10 anos na pulverização de locais infestados por mosquitos vetores de doenças ou no transporte de agrotóxicos.

Os sintomas e doenças variam de tremores musculares, alergias, impotência, perda progressiva de visão e depressão, até convulsões e taquicardias. Vieira já está de posse de quase 30 exames positivos e vai propor uma ação indenizatória contra a União. “São pessoas sem muita instrução, que só terão uma chance fundando uma associação, o que também estou propondo a eles”, conta o advogado.

O que são POPs

Os POPs ou Poluentes Orgânicos Persistentes estão entre os químicos mais tóxicos produzidos pelo homem. Uma vez liberados no ambiente, não se degradam facilmente e penetram na cadeia alimentar. Em geral, acumulam-se nos tecidos gordurosos dos animais e do homem. Como não são solúveis em água, também não são

metabolizados com facilidade e sofrem, por isso, um processo de bioacumulação no organismo dos animais.

A intoxicação por POPs está associada a malformações de fetos, anormalidade de desenvolvimento, diversas formas de câncer e redução da resistência a infecções. Os 12 POPs considerados piores, cujo banimento é discutido no âmbito de uma convenção mundial, são: aldrin, chlordane, DDT, dieldrin, dioxinas, endrin, furans, heptacloro, hexaclorobenxeno, mirex, PCBs e toxafeno. Vários destes produtos são de uso agrícola e alguns são proibidos, mas continuam à venda em diversos países, Brasil inclusive.

Reportagem: Liana John / www.estadao.com.br

- ONU.

Quinta-feira, 22 de fevereiro 2001



ONU
United Nations Environment Programme

**COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL NEGOCIADOR (INC)
PARA CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO
INTERNACIONAL LEGALMENTE VINCULADO PARA
IMPLEMENTAR UMA AÇÃO GLOBAL PARA ELIMINAÇÃO
DOS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES (POPs).**

UNEP - United Nations Environment Programme (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) publicou o relatório com o Acordo para Eliminação Global dos POPs, terminado na quinta reunião do Comitê Intergovernamental Negociador (INC), o texto é na língua inglesa com o título **"REPORT OF THE INTERGOVERNMENTAL NEGOTIATING COMMITTEE FOR AN INTERNATIONAL LEGALLY BINDING INSTRUMENT FOR IMPLEMENTING INTERNATIONAL ACTION ON CERTAIN PERSISTENT ORGANIC POLLUTANTS ON THE WORK OF ITS FIFTH SESSION"**, este sofrerá algumas alterações, pois alguns erros foram apontados pelos Países interessados.

Em sua decisão 19/13 C de 07 de fevereiro de 1997, o Conselho Administrativo do UNEP, solicitou para o seu Diretor Executivo que junto com organizações

internacionais pertinentes, preparasse um Comitê Intergovernamental Negociador para se reunir, em 1998. Este comitê teria um mandato para construir um instrumento internacional legalmente vinculado para implementar uma ação internacional para eliminação de certos contaminantes orgânicos persistentes (POPs), começando inicialmente com 12 POPs especificamente (popularmente conhecido como os 12 sujos).

*O Comitê reunido solicitou em sua primeira sessão, o estabelecimento de um grupo de especialistas para o desenvolvimento de critérios cientificamente baseados para elaboração de um procedimento para identificar adicionais POPs como candidatos para ação de eliminação internacional futura. Em dezembro de 2000, foi realizada a quinta reunião onde foi terminada a construção do acordo de eliminação dos POPs, e a assinatura para ratificação deste acordo acontecerá entre 22 e 23 de maio de 2001 em Estocolmo, Suécia - **Uma excelente oportunidade para o Brasil resgatar os erros do passado, cometidos em Estocolmo em 1972.***

A ACPO solicitou para o UNEP que construam um texto autêntico do Acordo dos POPs para língua portuguesa.

MARÇO

- **Resíduos Tóxicos da Carbocloro aparecem em São José dos Campos (Carbocloro empresa fabricante de soda/cloro sediada na cidade de Cubatão).**

Quinta-feira, 15 de março 2001

**Jornal Vale Paraibano
(São José dos Campos)**

Meio Ambiente

Lei impede remessa de lixo tóxico de Cubatão para S. José

Prefeitura veta armazenamento de resíduos de mercúrio em aterro da zona leste

Por: Marcelo Claret

O armazenamento das 3.000 toneladas de resíduos contendo sulfeto de mercúrio removidos de Cubatão para São José dos Campos contraria a legislação municipal, que proíbe os aterros de receberem lixos industriais de outras regiões do Estado.

Para cumprir a legislação, a prefeitura foi obrigada a determinar ontem que a empresa Ecosistema Gerenciamento de Resíduos deixe de receber o lixo tóxico da indústria química Carbocloro no aterro situado no bairro Capão Grosso, zona leste de São José.

O resíduo é altamente tóxico e são necessários mais de 300 anos para que seja biodegradado.

Em caso de vazamento, pode contaminar o lençol freático e causar a morte de pessoas (veja quadro nesta página).

A secretária de Obras da prefeitura, Maria Rita de Cássia Singulano, disse que desconhecia o armazenamento.

"A lei é clara e proíbe o depósito de material." Maria Rita disse que a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), de Taubaté, aprovou a transferência dos resíduos para São José sem observar a lei municipal.

"Essa semana a prefeitura vai se reunir com a Cetesb para verificar porque foi dada a licença." A secretária disse que não sabe se a prefeitura vai determinar a retirada do material do aterro na cidade. "Vamos verificar se é mais perigoso manter ou remover o material", disse.

A assessoria da Cetesb, em São Paulo, informou que não tinha como localizar nenhum técnico da companhia na noite de ontem para comentar o assunto.

Em entrevista anterior, o gerente da Cetesb de Taubaté, Vander Eustáquio Salomon, disse que o órgão concordou com a remessa dos resíduo para São José, porque a Ecosystema atende as exigência da legislação ambiental.

As 3.000 toneladas de resíduos mercuriais armazenados em São José representam todo o material gerado em 16 anos pela empresa Carbocloro, que produz soda cáustica e cloro.

Ativistas do Greenpeace e moradores do bairro Capão Grosso temem riscos de contaminação em caso de vazamento (leia mais nesta página).

O diretor comercial da Ecosystema, João Gianese, disse que a empresa tem autorização da própria prefeitura para receber resíduos químicos de outros municípios.

"Em 99 a empresa foi questionada pela prefeitura sobre a lei 4.404. Com um recurso, ganhamos direito adquirido para receber os resíduos porque a lei foi redigida anos após a instalação do aterro."

Segundo ele, o direito é válido para a área original licenciada em 85, quando o aterro foi instalado. A empresa já ocupou 70% de sua capacidade de armazenamento. O espaço disponível daria ainda para abrigar cerca de 80 mil toneladas de resíduos.

ABRIL

• SEMINÁRIO.

Sexta-feira, 20 de abril de 2001

A ACPO esteve presente na discussão sobre a transferência de lixo tóxico da empresa CARBOCLORO da cidade Cubatão para cidade de São José dos Campos, o desdobramento do caso toma rumos inesperados, e julgamos que trabalhadores e a população não devem ser prejudicados, ao contrário, devem ser os principais beneficiados no final das discussões:

**Jornal Vale Paraibano
(São José dos Campos)
19 - 04 - 2001**

Promotoria move nova ação contra lixo tóxico em S. José

MP questiona tese da prefeitura para liberar aterro de resíduos de Cubatão

*Marcelo Claret
São José dos Campos*

A Promotoria do Meio Ambiente de São José dos Campos vai encaminhar nova ação contra a prefeitura questionando a tese do "direito adquirido", usada pela administração para autorizar a empresa Ecossistema a aterrar lixo tóxico proveniente de Cubatão (SP).

O documento vai contestar a liberação para o armazenamento dada em 98 pela então secretária de Planejamento e Meio Ambiente, atual chefe de Gabinete, Juana Blanco. Ela livrou o aterro das restrições previstas na lei municipal 4.404 de 93.

A lei permite apenas a disposição de resíduos industriais, tóxicos ou não, de empresas com sede ou filial no Vale do Paraíba e Litoral Norte. As 3.000 toneladas de resíduos contendo sulfeto de mercúrio de Cubatão foram depositadas na Ecossistema ao longo do ano passado.

A prefeitura argumenta que concedeu a autorização para evitar que a administração tenha que arcar com uma suposta indenização milionária, caso a empresa movesse

uma ação, pois o aterro foi instalado no bairro do Capão Grosso, zona leste, antes da vigência de lei.

A ação é a segunda ofensiva do Ministério Público no caso. A Promotoria já havia encaminhado uma ação cautelar pedindo o fim da remessa de resíduos de outras cidades.

A promotora Larissa Crescini Albernaz, disse que a estratégia do Ministério Público na nova medida será questionar a legalidade da tese usada pelo governo tucano, que teria ignorado o risco de contaminação no aterro.

Segundo ela, a lei municipal foi desrespeitada em razão de o direito adquirido não poder ser aplicado em casos que envolvam o meio ambiente.

"Ainda estou analisando os documentos. Não tenho previsão de quando o texto da ação será concluído. A Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) também será incluída na ação", disse a promotora ontem.

Sobre a ação cautelar que pede a suspensão imediata do recebimento de resíduos de obras regiões, a promotora afirma que aguarda o resultado da vistoria determinada pela juíza-substituta da 5ª Vara Cível, Ediliz Claro Vicente.

"A determinação foi dada na última semana. O perito tem um prazo de 10 dias para apresentar o laudo. Antes disso não posso fazer comentários", disse.

O documento, apresentado no início do mês passado, também pedia a suspensão das licenças concedidas pela prefeitura e pela Cetesb, que contrariam a lei municipal 4.403.

OUTRO LADO- As assessorias de imprensa da prefeitura e da Cetesb informaram ontem ao ValeParaibano que não iriam comentar o assunto antes de serem informadas oficialmente sobre a ação.

O diretor da Ecosystema, João Gianese, não retornou ontem as ligações para comentar a decisão da Promotoria.

Empresários fazem "lobby" pró-aterro
São José dos Campos

Um grupo de empresários de São José dos Campos, liderado pelo diretor regional do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Felipe Cury, resolveu engrossar o "lobby" junto à Justiça em favor da empresa Ecosystema, que abriga lixo tóxico no bairro Capão Grosso, zona leste.

Cury encaminhou anteontem à juíza-substituta Ediliz Claro Vicente uma carta pedindo "cautela" antes de analisar o pedido de liminar para suspensão do depósito de resíduos.

A magistrada analisa ação cautelar encaminhada pelo Ministério Público.

No documento, o diretor solicita que seja considerada a avaliação técnica ds condições operacionais da empresa, antes de seja tomada uma decisão que possa "prejudicar a disposição final dos resíduos das indústrias."

Cury, que também é assessor de Captação de Empreendimentos da prefeitura, disse que o aterro da Ecosystema tem infra-estrutura suficiente para garantir que não haja risco de contaminação.

"Se a liminar for acatada, as produções correm o risco de cessarem, porque as empresas não terão onde armazenar seus resíduos industriais."

Para o diretor da ONG (Organização Não-Governamental), André Miragaia Mendes, Cury estaria tentando desviar o foco das discussões.

"Eles querem desviar o foco da questão. Não se trata do aterro ter ou não condições de garantir que não haja risco de contaminação, o problema é que foi desrespeitada uma lei municipal", afirmou ontem o ambientalista.

• Justiça obriga Rhodia pagar assistência médica e reintegra trabalhador contaminado.

Sábado, 21 de abril de 2001

Por solicitação da ACPO, o Ministério Público do Estado de São Paulo através da sua Ilustríssima Promotora Dra. Liliane Garcia Ferreira, entendendo a gravidade do caso,

acatou e peticionou no Processo 249/93, solicitando ao Juízo que por força do TAC 249/93, o trabalhador que se encontrava hospitalizado tendo dado entrada em estado grave tivesse todo o amparo médico custeado pela Rhodia, e que por força do mesmo acordo fosse reintegrado "ex-novo". A Juíza da 1ª Vara Judicial de Cubatão, Dra. Simone Curado, DEFERIU o pedido e ordenou que a Rhodia fosse notificada pessoalmente em caráter de urgência.

Verdade seja dita... Mais um caso onde a Justiça não tardou e não falhou!!!

Termelétrica IV

Cubatão: Juíza suspende a licença para construção de usina

Síntese: Jornal A Tribuna 21/04/2001

A juíza Simone Curado, da 1ª. Vara Cível de Cubatão, concedeu, ontem, ordem liminar numa ação civil pública impedindo a Central de Cogeração da Baixada Santista de construir a usina a gás termelétrica. Além disso, suspendeu também a eficácia da licença prévia concedida pelo Consema para dar andamento ao projeto, até que seja emitida a sentença final.

A decisão ainda depende de eventuais recursos ao Tribunal de Justiça do Estado, o pedido foi feito pelo Ministério Público da Comarca e por outras entidades que manifestaram preocupação com o funcionamento dessa geradora de eletricidade a partir do gás.

A juíza reconheceu que o problema da falta de energia elétrica no País está se agravando, havendo a necessidade de criação de outras fontes de energia para suprir a demanda da população, sendo a termelétrica um dos meios mais rápidos de solucionar tal questão.

“Porém, para a instalação de tal empreendimento deve-se considerar todos os aspectos positivos e negativos, sob pena de agravamento dos problemas ambientais já existentes e que causaram vários prejuízos à saúde de toda a população brasileira”.

Analisando o pedido dos autores, Simone Curado constatou que a CCBS já apresentou o relatório de impacto ambiental à Cetesb e obteve licença do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Porém, não obteve ainda a licença de instalação.

“Assim, verifica-se que a licença concedida não autoriza a instalação do empreendimento sem que antes sejam atendidas as exigências técnicas feitas pela Secretaria de Meio Ambiente. Desta forma, está demonstrado que o empreendimento apresentado (pela CCBS) ainda não está perfeito e apresenta falhas que devem ser supridas”.

E mais: “Verifica-se que a licença prévia concedida foi em desacordo com a legislação em vigor, pois da análise inicial de todos os estudos pode-se concluir que a instalação da usina de energia termelética poderá trazer prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e a toda a coletividade”.

• **Ainda em Abril...**

Santos, 30 de Abril de 2001

SHELL

A ACPO, também está acompanhando o "caso Shell" em Paulínia, apoiando os moradores que tiveram suas chácaras contaminadas pelos POPs, organoclorados da família dos Drins. O caso é gravíssimo e prevemos uma longa e dolorosa batalha judicial, a prefeitura tomou a dianteira, e junto a vigilância sanitária irá promover toda avaliação médica e tratamento necessário.

O Sindicato dos Químicos de Campinas assume posição em defesa dos trabalhadores da Shell, possivelmente contaminados por estes e outros tóxicos, pois trabalharam com os Drins e vários outros produtos químicos perigosos vindos de outras empresas para ali serem incinerados. Estamos apoiando todo trabalho dos moradores atingidos e do Sindicato, ajudando com a nossa experiência naquilo que nos é possível.

BR Distribuidora

A ACPO, também acompanhou a vistoria promovida pela FUNDACENTRO na unidade da BR em Paulínia, o processo investigatório segue junto a Promotoria Pública daquela Cidade, e o laudo deverá estar pronto em breve. A ACPO enviará também seu parecer ao MP sobre as condições de trabalho encontradas no local.

Colégio Santa Cecília

O Docente professor Paulo Henrique Simão Moura, solicitou dos seus alunos que realizassem um trabalho multidisciplinar para este semestre, o tema escolhido foi o "caso Rhodia". Fomos convidados por duas turmas e participamos do evento. O que pudemos observar foi o excelente nível e a interessante abordagem por parte dos alunos. Somos suspeitos para avaliar, mas julgamos que os trabalhos mereciam nota 10.

Ao final, nós da ACPO, concluímos que se cada um de nós contaminados tivéssemos tido um professor como o Paulo Henrique, não teríamos sido contaminados severamente pela Rhodia, pois teríamos tido a oportunidade do sagrado "Direito de Saber".

Entrevista

No dia 13, sexta feira, a ACPO através do seu Diretor de Comunicação, concedeu uma longa entrevista na Rádio Jovem Pan FM. No programa os entrevistadores, o Sr. Paulo Shiff e Solange Freitas, abordaram o tema contaminação do "caso Rhodia" e vários pontos foram colocados e muito bem respondidos pelo Diretor.

Na segunda feira que vem dia 23 de abril de 2001, estaremos no programa Notícias em Debate com o apresentador Paulo Shiff e o tema abordado será a contaminação química e o "caso Rhodia". Convidamos todos a assistir a partir das 13:00 horas.

MAIO

• Programa Ação e Reação.

Terça-feira, 08 de maio de 2001

No dia 08 de maio de 2001, a ACPO - Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional participou do programa Ação e Reação na TV Santa Cecília, onde foram debatidos assuntos relacionados ao banimento dos POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes e do Amianto que teve como seu representante no banimento do amianto no Brasil, a Engenheira Fernanda Giannasi. Muitas dúvidas sobre o tema foram tiradas e a avaliação final do programa foi muito positiva.

• Conferência Diplomática para Eliminação dos POPs.

Quinta-feira, 17 de maio de 2001

As 19:30 do dia 17 de maio de 2001, a Engenheira Fernanda Giannasi partiu para Estocolmo/Suécia levando na bagagem carta branca para representar a ACPO - Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional, e de uma certa forma todas as ONGs brasileiras afins, na Conferência Diplomática para Eliminação dos POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes, os químicos mais perigosos sintetizados pelo homem e que colocam em risco o futuro da humanidade.

A viagem foi possível através da Rede Internacional para Eliminação dos POPs, que a ACPO é signatária a IPEN - [International POPs Elimination Network](http://acpo.org.br/site/Campanha-sobre-POPs.php) (<http://acpo.org.br/site/Campanha-sobre-POPs.php>) e a [Physicians for Social Responsibility](http://www.psrus.org/index.html) (<http://www.psrus.org/index.html>).

- **Entrevista para Rede Globo.**

Sexta-feira, 18 de maio de 2001

No dia 18 de maio de 2001 a ACPO também participou de entrevista para Rede Globo de televisão, matéria que iria ao ar no dia 21, com referência a Conferência Diplomática que se realizaria em Estocolmo entre os dias 22 e 23 de maio de 2001.

- **SEMINÁRIO.**

Segunda-feira, 21 de maio de 2001

ESTADÃO.COM.BR

Vídeo mostra contaminação por POPs no Brasil

São Paulo - Foi lançado hoje, pelo Núcleo de Organizações Não-Governamentais do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), o vídeo “Contaminação por POPs no Brasil”, que retrata os casos mais conhecidos de contaminação por Poluentes Orgânicos Persistentes no país. O documentário, de 20 minutos, deverá ser entregue amanhã aos representantes das delegações presentes na reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece entre 22 e 23 de maio, em Estocolmo, Suécia.

O objetivo do encontro da ONU é assinar a Convenção dos POPs - acordo internacional que visa a eliminação global de uma lista inicial de 12 substâncias químicas altamente tóxicas. **O vídeo, que será entregue pela representante da Associação dos Contaminados Profissionalmente por Organoclorados, Fernanda Giannasi, em nome das ONGs brasileiras,** destaca os casos de contaminação de trabalhadores e moradores da Baixada Santista, pela **Rhodia**, do grupo francês Rounê-Poulanc, e de Paulínea, pela **anglo-holandesa Shell**.

A convenção sobre as POPs, aprovada em Johannesburgo por 122 países depois de dois anos de negociações, prevê a eliminação a longo prazo dos 12 produtos, que podem causar câncer: aldrin, endrin, dieldrin (substâncias do caso da Shell), toxafeno, clordano, heptacloro, mirex, DDT, hexaclorobenzeno (caso da Rhodia), PCBs (ascarel, caso da rede ferroviária de Sorocaba), dioxinas e furanos.

A convenção, que precisa ser aprovada por no mínimo 50 países, deve entrar em vigor em 2004. As ONGs reunidas em encontro paralelo deverão divulgar uma Declaração de Estocolmo, onde pedem, além do banimento dos 12 POPs e da substituição gradual de produtos que possam gerar e liberar dioxinas e outros subprodutos contendo POPs, a promoção de produção mais limpa, através de processos, materiais e atividades que evitem a geração e dispersão de subprodutos tóxicos.

Segundo Giannasi, a declaração irá recomendar, também, a limpeza e recuperação de locais contaminados e reservas ambientais contendo POPs e outras substâncias tóxicas persistentes, identificar e destruir depósitos de materiais e rejeitos contendo POPs por meios que assegurem sua completa destruição, como por exemplo, com a transformação química. Deverá apoiar, também, o princípio do poluidor-pagador, sob o qual o produtor, empresa exportadora e/ou país exportador é responsável pela limpeza e destruição de depósitos obsoletos de POPs, especialmente nos países em desenvolvimento.

Maura Campanili

• Brasil assina o Tratado de Estocolmo para Eliminação dos POPs!!!

Quarta-feira, 23 de maio de 2001

Clique aqui e leia o Diário de Estocolmo – Por: Fernanda Giannasi:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/Diario_de_estocolmo.htm

Clique aqui e veja imagens da Conferência em Estocolmo:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/imagens_de_estocolmo.htm

**Um grande e significativo passo na luta pela
proteção desta e das futuras gerações...**

• Acordo proíbe 12 poluentes tóxicos no mundo.

Quinta-feira, 24 de maio de 2001

Ministros e funcionários de 90 países, incluindo o Brasil, assinaram ontem em Estocolmo um tratado para banir 12 substâncias químicas conhecidas como poluentes

orgânicos persistentes (POPs). "Foi dado o primeiro passo para um ambiente livre de substâncias tóxicas", disse o ministro alemão do meio ambiente, Juergen Trittin. "Vou pedir a todos os países que assinaram o acordo para ratificá-lo rapidamente."

(Herton Escobar, com Associated Press)

Leia esta interessante matéria na íntegra clicando aqui:
<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/05/24/ger394.html>

JUNHO

• Congresso Nacional de Consciência Ambiental.

Terça-feira, 05 de junho de 2001

No dia 05 de maio, a ACPO realizou manifestação pacífica em frente ao SESC-Santos, onde se realizava o "Congresso Nacional de Consciência Ambiental". A Manifestação foi em protesto a contaminação química ambiental e humana na Baixada Santista em virtude do DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE.

Clique para ver o panfleto distribuído:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/SESC2001.htm

• SEMINÁRIO.

Terça-feira, 08 de junho de 2001

No dia 08 de maio, a **ACPO - Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional** o **CAVE - Coletivo Alternativa Verde** e a **ABREA Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto** realizaram uma segunda manifestação pacífica em frente ao SESC-Santos onde se realizava o "Congresso Nacional de Consciência Ambiental". A Manifestação foi em comemoração dos oito anos do acertado fechamento da Rhodia Cubatão pela Justiça, por ter contaminado o meio ambiente a população e os trabalhadores na Baixada Santista com seus produtos químicos organoclorados altamente tóxicos.

Na manifestação o CAVE a ACPO e ABREA distribuíram três panfletos dos quais dois podem ser acessados abaixo:

Quem Contaminou Nossas Crianças?
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/Crianças.htm

As Vítimas do Amianto:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/SAINTGOB.htm

• ACPO REPRESENTA CONTAMINADOS.

Terça-feira, 26 de junho de 2001

Dia 26 de junho de 2001 a FUNDACENTRO realizou nas dependências do SINDIPETRO em Santos, seminário sobre "Prevenção de Grandes Acidentes Industriais", com o objetivo de divulgar aspectos da Convenção OIT 174, difundindo conceitos, conhecendo as experiências e necessidades regionais e avaliando regionalmente propostas de atuação, visando a implementação da Convenção no Brasil.

Para os contaminados por hexaclorobenzeno, vítimas da Rhodia o ponto alto do evento seria o palestrante das 14:00 horas, nada menos que o Sr. Herbert Passos Filho - Presidente do Sindicato dos Químicos da Baixada Santista, passando sua experiência com o HCB - hexaclorobenzeno na Baixada Santista.

Mas infelizmente o palestrante sem qualquer justificativa para o momento não compareceu, mostrando a todos os presentes o grau de desprezo com que o presidente do Sindicato dos Químicos trata a questão dos contaminados, pois nenhum representante ou substituto foi enviado para acompanhar os trabalhos. Mas felizmente a ACPO estava presente para fazer as honras dos contaminados vítimas da Rhodia, onde o Diretor de Comunicação o Sr. João Carlos Gomes durante aproximadamente dez minutos discorreu sobre o assunto.

Clique aqui e leia o panfleto distribuído no evento:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/OIT174.htm

• CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE.

Sábado, 30 de junho de 2001

Dia 30 junho de 2001 a ACPO participou da chapa que foi eleita pelo Coletivo das ONGs Ambientalistas para o Conselho do CONSEMA, assim sendo a ACPO e a entidade S.O.S Barra do Una estarão representando as ONGs do litoral paulista no Conselho Estadual do Meio Ambiente.

JULHO

• SEMINÁRIO.

Sábado, 14 de julho de 2001

A partir desta data a ACPO está em NOVO ENDEREÇO:

Rua: Júlio de Mesquita, 148 conjunto 203 - Vila Mathia - Santos – SP

- **SEMINÁRIO.**

Quinta-feira, 12 de julho de 2001

Alguns membros da ACPO estiveram na região do grande ABC a fim de trocar experiências e colher informações sobre meio ambiente e saúde ocupacional.

- **SEMINÁRIO.**

Sexta-feira, 27 de julho de 2001

A ACPO participou do Seminário sobre Benzeno, patrocinado pela Vigilância Sanitária, VISA - DIR XIX - Baixada Santista. Em resumo chegou-se a conclusão de que, o trabalhador precisa lutar muito mais e organizadamente para alcançar seus legítimos direitos, pois a força "política" está definitivamente influenciando médicos e peritos, que em seus pareceres técnicos, onde apesar das evidências indicando a contaminação, e/ou quadro clínico alterado advindo da exposição à substâncias tóxicas que aponta para a sensibilização ou a baixa imunidade as doenças ou lesões, acabam não diagnosticando o agravo a saúde e muito menos firmam onexo causal, em detrimento do trabalhador...

Isso ainda vai acabar em caso de polícia...

- **SEMINÁRIO.**

Segunda-feira, 30 de julho de 2001

Alguns membros da ACPO estiveram na região do grande ABC a fim de trocar experiências e colher informações sobre meio ambiente e saúde ocupacional.

AGOSTO

- **Carbocloro e Rhodia.**

Quinta-feira, 08 de agosto de 2001

A ACPO esteve presente nos dias 02 e 08 em reunião da câmara técnica e plenária do CONSEMA, houve solicitação para que as empresas CARBOCLORO e RHODIA, expliquem a contaminação por mercúrio em seu subsolo e efluentes e apresentem o estudo e os projetos de saneamento ambiental deste metal pesado naquelas áreas.

- **Área Continental de São Vicente.**

Sábado, 11 de agosto de 2001

A ACPO esteve visitando os pontos contaminados pela Rhodia na área continental de São Vicente... Km 67, 69 e Quarentenário.

• SEMINÁRIO.

Quarta-feira, 15 de agosto de 2001

DIA 15 FOI REALIZADA MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO IMESC - INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO, CONTRA A ATUAÇÃO DOS PERITOS DO ESTADO QUE TRABALHAM CLARAMENTE EM PREJUÍZO DO TRABALHADOR CONTAMINADO E/OU LESIONADO EM SEU LOCAL DE TRABALHO

Representantes dos trabalhadores expostos ao mercúrio, ao amianto, aos organoclorados - POPs, ao benzeno e os portadores de LER/DORT do Estado de São Paulo, estiveram dia 15 de agosto de 2001 - às 14 horas, mobilizados na manifestação em protesto pelas práticas lesivas adotadas pelos Peritos do instituto IMESC, relacionadas a saúde do trabalhador, e cobrar das autoridades para coibir tais abusos, práticas visivelmente contra o trabalhador contaminado e/ou lesionado em seu local de trabalho. Protestam também contra a proposta do Sr. FHC de privatizar o Seguro de Acidente de Trabalho.

Um documento foi protocolizado, no guichê pela segurança da IMESC. O Ilmo. Sr. Superintendente da autarquia, negou atender a comissão que pretendia conversar e entregar em mãos o documento em protesto a tais práticas supra. Ao contrário mandou passar um cadeado no portão, mostrando como eles realmente não estão preocupados em ao menos ouvir os trabalhadores contaminados e/ou lesionados que batem a sua porta.

Mostra bem a postura do Estado frente as questões populares de saúde ocupacional e pública. "Ignoram" a doença, a contaminação, a lesão... em detrimento do trabalhador. Em benefício dos grandes conglomerados do crime, tornam ainda mais fácil o trabalho sujo daqueles que mutilam, contaminam, e matam os que trabalham em nosso País, pois aqui ainda é mais barato para os "Patrões" matar o trabalhador do que prevenir o acidente, a exposição e a doença. A quem serve estes senhores?

ORGANIZAÇÃO:

- Plenária Municipal de Saúde do Trabalhador do Município de São Paulo
- AEIMM - Associação dos Expostos e Intoxicados por Mercúrio Metálico
- Associação de Prevenção em Combate a LER do Estado de São Paulo
- ABREA - Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto
- ACPO - Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional

APOIO:

- Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região
- Presentes representantes da CUT - CGT - Força

Clique abaixo e veja fotos da Manifestação:

FOTO 01:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/IMESC01.jpg

FOTO 02:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/IMESC02.jpg

FOTO 03:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/IMESC03.jpg

FOTO 04:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/imagens/IMESC04.jpg

• **Rio Iguapeu.**

Sexta-feira, 17 de agosto de 2001

Por solicitação do Ministério Público Federal, estivemos representando as ONGs, ambientalistas que ofereceram uma Representação para o MPF, contra o despejo de esgoto pós tratamento no Rio Iguapeu divisa com a reserva dos índios Tupis-Guaranis na cidade de Mongaguá.

O tubo de saída da Estação de Tratamento de Esgoto, motivo da Representação foi desviado do Rio Iguapeu e num giro de 180°, foi levado até o canal que se inicia ao lado da Rodovia Padre Manoel da Nobrega, próximo ao posto Ipiranga, onde é despejado o produto final. Em consulta a moradores próximos ao Rio Iguapeu e também ao Cacique Tupi-Guarani DAVI, o problema foi resolvido não havendo mais conflito daqueles moradores da margem do Rio com a ETE BIXORÓ.

Segundo informações a Prefeitura da Cidade está negociando com investidores Japoneses, a fim de viabilizar a instalação de rede e tratamento de esgoto em toda Mongaguá.

• **SEMINÁRIO.**

Santos, 30 de Setembro de 2001

DATA: 13 e 14 de setembro de 2001

LOCAL: Instituto Biológico - Auditório Rocha Lima

Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 1253 - Vila Mariana – São Paulo – Capital

PROGRAMA

DIA 13 DE SETEMBRO

9hs – Abertura

Composição de Mesa

José Carlos Meloni Sicoli

Coordenador do CAO – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo

José Guilherme Purvin de Figueiredo

Presidente do IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

Contaminação e toxicologia

Mediador: Guilherme José Purvin de Figueiredo - Presidente do IBAP-Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

Igor Vassineff - Presidente da Associação Brasileira de Toxicologia

Eládio Santos - Médico Sanitarista do Centro de Intoxicações de Santos-SP

Intervalo para almoço

14hs - O Direito a uma vida livre de poluição

Mediador: Celso Augusto Coccaro Filho

IBAP - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

Antonio Herman V. Benjamin

IDPV - Instituto o Direito por um Planeta Verde

Dr. Antônio Fernando Pinheiro Pedro

Autoridades presentes

**Exibição do vídeo
Poluição Industrial e a Contaminação
Humana no Brasil**

Contaminação e Gestão Ambiental

Mediador: Dr. Roberto Carramenha

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça do Meio
Ambiente do Estado de São Paulo

Élio Lopes dos Santos

UNISANTA – Universidade Santa
Cecília de Santos

Arline Arcuri

Fundacentro

Fernanda Giannasi

Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do
Amianto na América Latina

coffee break

**ABAA – Ass. Bras. dos Advogados
Ambientalistas**

Ana Cláudia Bento Graf

**IBAP-Instituto Brasileiro de
Advocacia Pública**

coffee Break

**Contaminação Humana,
Estado e Sociedade**

Mediador: Dr. Márcio Camarosano

Pres. da Comissão do M. Ambiente da
OAB/SP
Orlando Cassettari

Diretor de Controle de Poluição
Ambiental da CETESB-Companhia de
Tecnologia e Saneamento Ambiental
José Carlos Meloni Sicoli

Coordenador do Centro de Apoio
Operacional das Promotorias de Justiça
de Meio Ambiente do ESP

Carlos Bocuhy

Coordenador da Campanha Billings, eu te
quero Viva!

Gelso Aparecido de Lima

Diretor do Departamento de Saneamento
e Meio ambiente do Sintaema – Sindicato
dos Trabalhadores em Água e Esgoto do
Estado de São Paulo

DIA 14 DE SETEMBRO
Casos de contaminação humana por poluição industrial

<p style="text-align: center;">9hs – Abertura</p> <p style="text-align: center;">José Eduardo Ramos Rodrigues</p> <p style="text-align: center;">IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública</p> <p style="text-align: center;">Carlos Bocuhy</p> <p style="text-align: center;">Campanha “Billings, Eu te quero Viva!”</p> <p style="text-align: center;">Caso: Contaminação por POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes</p> <p style="text-align: center;">Relator: João Carlos Gomes</p> <p style="text-align: center;">ACPO - Associação de Combate ao POPs – Santos - SP</p> <p style="text-align: center;">Caso: Contaminação por uso industrial do mercúrio</p> <p style="text-align: center;">Relator: Cecília Zavaris</p> <p style="text-align: center;">DRT - Ministério do trabalho - SP</p> <p style="text-align: center;">Caso: Contaminação por drins (POPs)</p> <p style="text-align: center;">Relator: Paulo Vicente de Souza</p> <p style="text-align: center;">Movimento dos contaminados pela Shell – Paulínia</p> <p style="text-align: center;"><i>coffee break</i></p> <p style="text-align: center;">Caso – Contaminação por benzeno – Cubatão</p>	<p style="text-align: center;">Caso: contaminação do Residencial Barão de Mauá – Mauá - SP</p> <p style="text-align: center;"><i>Mídia eletrônica</i></p> <p style="text-align: center;"><i>coffee break</i></p> <p style="text-align: center;">Composição da mesa pelas entidades promotoras para debate e produção de documento final a ser enviado às autoridades, divulgado para a imprensa e à sociedade.</p> <p style="text-align: center;"><i>17:00hs - encerramento</i></p> <p style="text-align: center;"><u>Entidades Promotoras</u></p> <p style="text-align: center;">Campanha “Billings, eu te quero Viva!”</p> <p style="text-align: center;">IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública</p> <p style="text-align: center;">IDPV - Instituto Direito por um Planeta Verde</p> <p style="text-align: center;">Instituto Biológico</p> <p style="text-align: center;">Escola Brasileira de Direito e Política Ambiental</p>
--	---

<p>Relatores:</p> <p>Mauro Roszman</p> <p>Médico Sanitarista, Perito em Acidentes de Trabalho</p> <p>Danilo Fernandes Costa</p> <p>Comissão Estadual do Benzeno – São Paulo</p> <p>Caso: Contaminação por Amianto</p> <p>Relator: Eliezer João de Souza</p> <p>Presidente da ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto</p> <p><i>Intervalo para almoço</i></p> <p>14hs - Caso: contaminados por DDT – Mato Grosso do Sul</p> <p>Relator: Franco José Vieira</p> <p>Advogado dos contaminados</p> <p>Caso: Contaminação por BHC na Cidade dos Meninos - RJ</p> <p>Relator: Beatriz Tess</p> <p>Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde/MS</p>	<p>Ministério Público do Estado de São Paulo</p> <p>Procuradoria Geral do Estado de São Paulo</p> <p>Apoio:</p> <p>ACPO - Associação de Combate aos POPs</p> <p>Rede Virtual-cidadã para o Banimento do Amianto na América Latina</p> <p>DHEMA – Direitos Humanos e Meio Ambiente</p> <p>ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto</p> <p>ABAA – Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas</p> <p>Coordenação Técnica do evento</p> <p>Carlos Bocuhy</p> <p>Os anais do evento serão publicados pela RT-Revista dos Tribunais</p> <p>Inscrições e informações: IBAP</p> <p>11 3104.2819 – ibap@ibap.org</p>
--	--

• **UMA LIÇÃO DA NÉVOA TÓXICA DE MAUÁ.**

Sexta-feira, 29 de agosto de 2001

Melhoria de métodos e equipamentos de controle não é suficiente para evitar contaminação. Solução só virá com a adoção dos conceitos da Produção Limpa.

Por Délcio Rodrigues

Com os sonhos de toda uma vida desfazendo-se nos gases tóxicos que invadem suas casas, os moradores do conjunto residencial Barão de Mauá, na Grande São Paulo, chamam nossa atenção e emoção para o problema das áreas contaminadas. Situações semelhantes vêm afligindo moradores de Paulínia, Formiga, das baixadas santista e fluminense e muitos outros locais vitimados pela irresponsabilidade de capitães de indústria e autoridades ambientais, colocando em questão as leis e métodos de controle empregados no Brasil.

A verdade é que não temos controle sobre a maior parte dos resíduos gerados pela indústria, que acabam sendo depositados aleatoriamente no meio ambiente. Quando estes resíduos são biodegradáveis, sequer temos notícia da irresponsabilidade de "recicladores", transportadores e indústrias. Mas quando o resíduo descartado é tóxico, persistente e biocumulativo, fenômenos naturais ou a expansão urbana acabam por devolver à sociedade o produto indesejável da indústria. Esta devolução, no mais das vezes, atinge os mais pobres, aqueles que buscam áreas baratas para construir suas casas.

São muitos os exemplos. As areias do Rio Cubatão, contaminadas com organoclorados produzidos pela Rhodia, foram dragadas e utilizadas em várias construções na baixada santista, entre elas um shopping, disseminando contaminantes por locais insuspeitos. Anteriormente, estes mesmos resíduos haviam contaminado trabalhadores da empresa e vizinhos de terrenos utilizados ilegalmente para seu descarte, provocando o fechamento da fábrica pelo Ministério Público. Outro exemplo dramático é o Bairro Recanto dos Pássaros em Paulínia. Lá, os resíduos de produção e as cinzas de incineração da Shell Química foram enterrados em valas comuns dentro do terreno da empresa. Com a ação do tempo, atingiram o lençol freático e contaminaram moradores, caseiros e usuários de fim de semana das chácaras vizinhas.

Não somente áreas próximas às indústrias sofrem com o descontrole do resíduo. A bucólica região de Formiga, no sudoeste mineiro, foi usada pelas empresas Fiat, Alcan, Volkswagen, Ultrafértil e Goodyear, entre quase outras duzentas, para descartar resíduos de plástico, borracha e carpetes em voçorocas de fazendas. Parte destes resíduos foi utilizada como combustível de fornos primitivos de produção de cal. Análises laboratoriais mostraram presença de dioxinas nas cinzas dos fornos, na cal produzida e também no solo próximo a alguns fornos. O solo de uma voçoroca utilizada para queima de resíduos de PVC da Fiat também apresentou contaminação por dioxinas e furanos. Não se sabe se os trabalhadores das caieiras da região foram

contaminados, já que não foram feitos os necessários exames de saúde, mas dadas as condições de trabalho e ausência de equipamentos de proteção individual, teme-se que parte destes tenha sido afetada.

Resíduos industriais tóxicos, persistentes e biocumulativos podem até atravessar oceanos, como aconteceu com a cal contaminada com dioxinas e furanos da multinacional belga Solvay, depositada em Santo André ao lado da empresa e do Rio Grande. Além de contaminar o leito do rio e colocar em risco mananciais da Grande São Paulo, o subproduto foi vendido irresponsavelmente para composição de ração animal, posteriormente exportada para a Europa e consumida por gado alemão, o que acabou elevando o teor de dioxinas no leite lá produzido e prejudicando por duas safras a exportação de bagaço de cítricos para a Europa, num prejuízo de US\$100 milhões por ano para as exportações brasileiras.

Estes casos têm embutida uma lição: uma vez produzida, a poluição tóxica, persistente e biocumulativa, de uma maneira ou de outra, ameaça o meio ambiente e a população humana. Claro que é possível diminuir este risco, e muito pode-se fazer melhorando a legislação de controle industrial, coisa que a Câmara Federal está finalizando. É possível também avançar treinando e equipando os funcionários incumbidos da fiscalização.

No entanto o mais importante é não produzir o resíduo. Para isto, produtos e processos industriais precisam ser constantemente questionados e revisados na busca da produção limpa, na tentativa de fechar de vez os ciclos de produção e conseqüentemente reduzir a zero o descarte de resíduos. Perseguir a descarga zero de resíduos e adaptar-se às exigências de um consumidor cada vez mais responsável são os dois grandes desafios da indústria no século 21.

Délcio Rodrigues é físico, ambientalista e diretor da Solução Ambiental, empresa dedicada a parcerias em projetos ambientais e ao planejamento do desenvolvimento sustentável. (delciorodrigues@uol.com.br)

SETEMBRO

• Conselho.

Terça-feira, 11 de setembro de 2001

A reunião do CONSEMA do dia 11 de setembro de 2001 serviu apenas para cumprir a promessa do Governador Geraldo Alckimin, que no dia 26 de agosto de 2001, havia prometido num ambiente politicamente propício às margens da represa Guarapiranga, que mudaria a Lei para favorecer a regularização das "OCUPAÇÕES FORA DA

LEI", em áreas de proteção dos mananciais de água (para consumo humano) da região da grande São Paulo.

Com a aprovação desta medida pelo "CONSELHO", nem as altas e poderosas torres permaneceram em pé.

• POLUIÇÃO INDUSTRIAL E CONTAMINAÇÃO HUMANA NO BRASIL.

Terça-feira, 14 de setembro de 2001

Sobre o [Seminário Poluição Industrial e Contaminação Humana no Brasil](http://www.ibap.org/cursos/1314092001.htm) (<http://www.ibap.org/cursos/1314092001.htm>) houve excelentes apresentações nos dois dias de evento. No segundo dia, tivemos a apresentação sobre a contaminação por ABESTOS (Fernanda Giannasi) - contaminação por mercúrio (Cecília Zavaris) - contaminação por DRINS em Paulínia/SP (Paulo de Souza) - 1º relatório da contaminação no Recanto dos Pássaros/Paulínia (Cláudia Guerreiro) - contaminação por POPs em Cubatão (João Carlos Gomes), contaminação por BHC na Cidade dos Meninos/RJ - contaminação por DDT no Mato Grosso do Sul (Franco Vieira).

APRESENTAÇÃO DA ACPO

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/SEMINARIO_acpo.htm

1º RELATÓRIO DA CONTAMINAÇÃO EM PAULÍNIA

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/SSPaulinia.htm

CARTA DE DEFESA DA SAÚDE HUMANA E CONTRA A POLUIÇÃO INDUSTRIAL (ATUALIZADA)

Os participantes do Seminário Poluição Industrial e Contaminação Humana no Brasil, abaixo relacionados e assinados, reunidos nos dias 13 e 14 de setembro de 2001, na cidade de São Paulo, aprovam as seguintes proposições:

1 - Divulgação ampla, em cumprimento ao direito constitucional à informação, pelos órgãos ambientais de todo o país, em todos os meios de comunicação e às populações atingidas, do mapa de todas as áreas contaminadas em suas respectivas circunscrições;

2 - Mobilização, pelos órgãos ambientais e pela sociedade civil, junto aos deputados federais e senadores, para aprovação de uma Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, com abrangência sobre todas as formas de degradação ambiental por resíduos tóxicos, hospitalares, industriais, residenciais, de varrição, radioativos e por lodo,

tipificando os ilícitos administrativos e penais atinentes a esta modalidade de contaminação humana e ambiental;

3 - Aclaramento das atribuições dos órgãos de fiscalização de saúde e meio ambiente, em especial os relativos à proteção da saúde dos trabalhadores, com a edição de lei complementar regulamentando a coordenação de atividades dos entes federados, conforme disposto nos artigos 23, parágrafo único, 200 e 225 da Constituição Federal de 1988;

4 - Criação de um fundo nacional de seguro para recuperação de ambientes degradados, exames e assistência médica de populações atingidas, em especial em razão de processos de desindustrialização de áreas potencialmente habitáveis, a ser formado por contribuição compulsória de todos os empreendimentos econômicos que possam, de alguma forma, provocar tais formas de degradação;

5 - Previsão, por todo empreendimento potencialmente poluidor, já no planejamento inicial, de métodos de retirada e destinação de todos os resíduos e vestígios dispostos no solo antes da desimplantação. A responsabilidade de empreendedor pela desinstalação de indústria mantém-se até a realização de estudo prévio de impacto ambiental que comprove a segurança na sua destinação posterior para quaisquer fins sociais;

6 - Edição de lei complementar federal de caráter nacional, que vede a anistia pela ocupação irregular de área de mananciais, fixando prazo prescricional de 20 anos para responsabilização civil, penal e administrativa dos responsáveis, por ação ou omissão, pela formação de loteamentos clandestinos;

7 - Proibição do uso, industrialização ou comercialização de produtos que contenham amianto ou benzeno, em todo o território nacional;

8 - Inserção, em todos os cursos de graduação em Medicina, da cadeira de Toxicologia; e, em todos os cursos de graduação em Direito e em Ciências da Saúde e Ambientais, tais como Engenharia Florestal, Saúde Pública, Biologia, Agronomia, entre outros, da cadeira de Direito Ambiental;

9 - Retirada imediata da competência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para concessão de licença para exploração econômica de áreas de sambaquis ou quaisquer espaços territoriais de importância cultural e ambiental, com a sua transferência para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

10 - Criação, nos órgãos colegiados de meio ambiente, recursos hídricos, saúde humana e ocupacional, de urbanismo e defesa do patrimônio histórico, de assentos para representantes das populações locais, a par dos assentos destinados às organizações não governamentais;

11 - Ajuizamento, pelos estados federados, de ações civis públicas por danos ao meio ambiente e à saúde humana em face de todos os responsáveis pela contaminação de solo, lençóis freáticos e ar atmosférico, nos termos da Lei 7.347/85;

12 - Imediata realização de concurso para preenchimento de cargos técnicos vagos de todos os órgãos encarregados de fiscalização e defesa da saúde humana e animal e da qualidade ambiental;

13 - No Estado de São Paulo, imediata realização de concurso de ingresso na carreira de Procurador do Estado, para ocupação de cargos vagos e dos cargos decorrentes da criação da Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente, pela Lei Complementar n. 900, de 11 de setembro de 2001. Designação, pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, de grupo especial de trabalho para prestação de assistência judiciária gratuita a todas as vítimas de contaminação industrial nas cidades de Mauá, Paulínia, Cubatão, Santo Antônio da Posse e demais municípios arrolados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB);

14 - Mobilização, pelos órgãos ambientais, de saúde pública e pela sociedade civil, junto aos deputados federais e senadores, para ratificação imediata do Tratado de Estocolmo para Banimento dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), sem quaisquer exceções ou moratórias;

15 - Mobilização, pelos órgãos ambientais, de saúde pública e pela sociedade civil, junto aos deputados federais e senadores, para a aprovação em regime de urgência, de uma lei de banimento de células de mercúrio e diafragmas de asbesto nas indústrias brasileiras de cloro e soda;

16 - Cadastramento, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) dos Centros de Controle de Intoxicação (CCIs), dos Centros de Assistência Toxicológica (CEATOXs) e dos Serviços de Verificação de Óbitos (SVOs), em todo o território nacional, e a criação de uma rede nacional de monitoramento epidemiológico e segurança química, com vistas à prevenção da exposição tóxica e ao amplo diagnóstico do quadro atual de intoxicações agudas e crônicas no Brasil.

- **SEMINÁRIO.**

Terça-feira, 25 de setembro de 2001

A ACPO participou do:

**Colóquio Internacional sobre
JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO e CIDADANIA
Niterói, RJ, Brasil - 24-27 de setembro de 2001**
<http://www.fase.org.br/justicaambiental/>

A ACPO apresentou um resumo daquilo exposto no Seminário Poluição Industrial e Contaminação Humana no Brasil:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/SEMINARIO_acpo.htm

- **SEMINÁRIO.**

Quinta-feira, 27 de setembro de 2001

A ACPO peticionou ao Ministério Público do Estado de São Paulo, solicitando intervenção para que a empresa Rhodia Brasil Ltda., seja mais transparente no gerenciamento de suas obrigações judiciais referente ao TAC 249/93 - Preceitos Relativos à Saúde, a fim de não prejudicar os trabalhadores e ex-trabalhadores da Rhodia e de empreiteiras, no que diz respeito à avaliação vitalícia de saúde que estes trabalhadores contaminados têm direito.

OUTUBRO

- **Encontro de Ciência e Cultura do Colégio Jean Piaget.**

Segunda-feira, 01 de outubro de 2001

A ACPO participou do Primeiro Encontro de Ciência e Cultura do Colégio Jean Piaget, onde apresentou palestra sobre: Poluentes Orgânicos Persistentes, POPs - O caso Rhodia - e a Contaminação do Estuário da Baixada Santista.

- **Semana Cultural do Colégio e Faculdade Don Domênico.**

Sexta-feira, 05 de outubro de 2001

A ACPO participou da Semana Cultural do Colégio e Faculdade Don Domênico na cidade do Guarujá, onde apresentou palestra sobre: Poluentes Orgânicos Persistentes, POPs - O caso Rhodia - e a Contaminação do Estuário da Baixada Santista.

• DIOXINAS PARA TABOÃO DA SERRA.

Segunda-feira, 08 de outubro de 2001

A ACPO ofereceu Representação a Promotoria do Meio Ambiente de Taboão da Serra, e anteriormente a Promotoria de Cubatão, contra a incineração de resíduos tóxicos pretendida pela Rhodia. Os tóxicos seriam transportados de Cubatão para aquela cidade, pondo em risco além de vários mananciais devido ao transporte, a população de Taboão que ficará exposta as terríveis dioxinas pela queima deste material tóxico.

DOCUMENTOS PROTOC. NO MP DE CUBATÃO E TABOÃO DA SERRA

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/Taboao_da_Serra.htm

Neste mesmo dia, a ACPO esteve em visita ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo na Rua Consolação na cidade de São Paulo, propondo outra Representação.

15 de outubro de 2001 é o último dia para responder a manifestação pública proposta pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, onde pretende sabiamente PROIBIR o uso do PERCLOROETILENO.

http://www.anvisa.gov.br/consulta/78_2001.htm

Proposta da ANVISA para discussão:

Art. 1º A partir de fevereiro de 2002 é proibida a instalação de novas máquinas de lavar roupa que operem com o Percloroetileno (Tetracloroetileno). Todas as máquinas, até a presente data da publicação instaladas, deverão adaptar-se a novos solventes até janeiro de 2003.

Art. 2º O uso do Percloroetileno (Tetracloroetileno) será permitida para outras finalidades até janeiro de 2005, quando será reavaliado o risco frente as condições de uso.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

- **Força Sindical do Sr. Herbert Passos Filho foi fundada com dinheiro doado pela Rhodia.**

Domingo, 07 de outubro de 2001

Notícias de Jornal

<http://www.diariodesaopaulo.com.br>

Escândalo na Força

Empresários confirmam doação a central sindical

GILBERTO NASCIMENTO

As empresas envolvidas fecharam contrato para doar US\$ 50 mil dólares por mês para ajudar na criação da Força. Ex-ministro Magri teria orientado o acordo

Pelo menos oito grandes empresas, algumas delas multinacionais, confirmaram à Justiça Federal que fizeram doações para ajudar na criação da Força Sindical.

Em geral, as empresas envolvidas no projeto fecharam contratos para doar US\$ 50 mil (R\$ 140 mil) por mês, com montantes de US\$ 250 mil (R\$ 700 mil) e US\$ 300 mil (R\$ 840 mil). O acordo teria sido orientado pelo ex-ministro Antônio Rogério Magri, o ex-senador Luiz Estevão, e o ex-presidente Fernando Collor. No total teriam sido arrecadados US\$ 5 milhões R\$ 14 milhões, entre 1991 e 1993. Parte deste dinheiro alimentou duas contas do ex-presidente da Força, o deputado Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP) em Nova York.

Os depoimentos dos representantes das empresas constam de um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e apura suspeitas de abuso do poder financeiro e crime fiscal no caso. O objetivo das empresas seria apenas “contribuir para a formação intelectual dos sindicalistas brasileiros, já que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tinha comportamento radical em seus propósitos”, de acordo com os depoimentos prestados.

Contas do deputado

Grande parte do dinheiro doado, no entanto, acabou em duas contas do hoje deputado Medeiros, no Commercial Bank de Nova York, segundo o inquérito federal que investigou o caso. Medeiros era presidente da Força.

Entre as empresas que admitiram à Justiça que fizeram doações para a Força estão alguns dos principais grupos econômicos do país. Sete delas revelaram os valores doados. A Souza Cruz doou US\$ 20.976, em três parcelas, em 1993. O grupo Iochpe

Maxion entrou com US\$ 300 mil, em seis parcelas, entre 1991 e 1992. A White Martins deu US\$ 36.948, em outubro de 92. A Brasinca Industrial foi mais econômica e colaborou com apenas US\$ 6.400.

A multinacional Rhodia doou US\$ 107.796, em 92. A também estrangeira Alcoa diz ter fornecido US\$ 300 mil aos sindicalistas. A Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina contribuiu com US\$ 107.796, em três parcelas, entre 91 e 92. O Grupo Ticket admitiu que fez doações, mas não revelou valores. No total, as sete empresas admitiram repasses de US\$ 934 mil (R\$ 2,6 milhões).

A empresa de cupons de refeição também admitiu um outro tipo de colaboração com os sindicalistas.

Em 1991, integrantes da cúpula da Força Sindical foram chamados para conhecer um novo produto, o ticket cesta-básica. A partir de então, os sindicatos ligados à Força passaram a incluir as cestas nas pautas de reivindicações de suas campanhas salariais em todas as categorias.

Wagner Chinchetto e Marcos Cará, assessores do presidente Luiz Antônio de Medeiros, perceberam que o feijão e o café eram os itens mais caros das cestas, compraram uma torrefação de café no Sul de Minas e uma beneficiadora de feijão no interior de São Paulo e passaram a ser fornecedores destes produtos para o Grupo Ticket.

Segundo Wagner Cinchetto, as empresas foram compradas com dinheiro doado para a Força Sindical.

• **Notícias de Jornal (<http://www.estadao.com.br>).**

Sexta-feira 19 de outubro de 2001

Ambientalistas pedem a saída de Trípoli

ONGs reclamam da atuação do secretário estadual do Meio Ambiente

MAURA CAMPANILI (síntese)

As entidades ambientalistas integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (Consema) enviaram um documento ao governador Geraldo Alckmin solicitando a substituição do secretário estadual do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli.

O documento, aprovado por unanimidade pelas 54 entidades - das 80 cadastradas no Consema -, presentes a uma reunião na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP),

no dia 8, foi trazida a público na terça-feira, durante reunião do Consema, onde Trípoli, presidente do órgão, estava presente.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) alegam que Trípoli "vem manipulando as sessões do colegiado para aprovar propostas repudiadas pela sociedade, atropelando organizações sociais, além dos Comitês de Bacias Hidrográficas".

Clique e leia o Documento dos Ambientalistas na íntegra:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2001/pag_e_pdf/Tripoli.htm

• Barão de Mauá.

Sábado, 20 de outubro de 2001

Notícias de Jornal
<http://www.uol.com.br/fsp/>

Os quatro afetados em condomínio farão novos exames (síntese)

Exposição recente ao benzeno atingiu duas crianças, afirma secretaria

*PALOMA COTES - Folha de São Paulo
DA REPORTAGEM LOCAL*

A Secretaria Municipal da Saúde de Mauá (Grande SP) admitiu ontem que, das quatro pessoas expostas recentemente ao benzeno, segundo exame divulgado anteontem, duas são crianças.

O benzeno, cancerígeno, é uma das 44 substâncias presentes no subsolo do condomínio Residencial Barão de Mauá. Exames em 329 moradores (10% da população do residencial) constataram que essas quatro pessoas teriam índice de ácido transmutônico acima do normal no organismo.

• MAUÁ (síntese).

Quarta-feira, 24 de outubro de 2001

Só uma das quatro amostras iniciais que indicavam exposição a benzeno foi confirmada; resultado não traz tranquilidade

MARIANA VIVEIROS – DA REPORTAGEM LOCAL

Os resultados de novos exames de urina, feitos na sexta-feira passada, negam exposição recente a benzeno de três dos quatro moradores do Residencial Barão de Mauá (Grande SP) em cujas amostras iniciais foram encontrados sinais de contaminação pela substância cancerígena, presente no subsolo do condomínio.

Na avaliação do toxicologista José Tarcísio Penteadó Buschinelli, a alteração agora pode estar relacionada ao consumo de medicamento.

Souza conta que um dos primeiros "contaminados" era um menino da primeira etapa. "A mãe dele ficou apavorada, sem saber o que fazer da vida", diz.

Segundo Tânia Regina da Silva, 43, síndica da sétima etapa, os moradores só vão ficar tranquilos quando os exames forem feitos pelo menos nos que vivem no térreo, nas crianças e gestantes - o que ainda é estudado pelo município. Só 329 dos cerca de 4.000 moradores foram examinados.

Tânia diz conhecer duas das pessoas cujos primeiros testes apontaram exposição ao benzeno.

<http://www.uol.com.br/fsp/>
Folha de São Paulo

• Notícias de Jornal.

Quarta-feira, 24 de outubro de 2001

Secretário de Meio Ambiente de SP se defende de acusações

Maura Campanili - Estadão

Leia na íntegra:

<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2001/out/24/273.htm>

As ONGs do Colegiado de Entidades Ambientistas que assinam a moção contra Tripoli voltaram a criticar postura do secretário de considerar o documento apócrifo. "O número de entidades signatárias já passou de 54 para 73 até o momento", disse Carlos Bocuhy, da Campanha Billings, Eu Te Quero Viva!.

Segundo Bocuhy, o documento foi aprovado durante reunião do coletivo de ONGs, instância reconhecida de participação das entidades ambientalistas no Consema.

As entidades signatárias do manifesto são:

- ABEMA - Associação Barretense de Ecologia e Meio Ambiente (Barretos);
- ABREA - Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Osasco);
- ACE PAU-BRASIL - Associação Ecológica e Cultural Pau-Brasil;
- ACPO - Associação dos Contaminados Profissionalmente por Organoclorados (Santos);
- ADEMA - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Avaré (Avaré);
- ADEVIDA - Associação em Defesa da Vida e da Qualidade de Vida (Piraju);
- AHPCE - Associação Holística de Participação Comunitária e Ecológica (São Roque);
- AMAPHH - Associação dos Moradores e Amigos de Pacaembu, Perdizes e Higienópolis (São Paulo);
- AMJS - Associação dos Moradores do Jardim da Saúde (São Paulo);
- APAC - Associação de Proteção dos Animais de Carapicuíba (Carapicuíba);
- APASB - Associação Pró-Ambiente Ambiental de Santa Bárbara d'Oeste;
- ASSAMAPAB - Associação dos Usuários da Parque da Água Branca (São Paulo);
- Associação Boca Amarela de Defesa Ambiental (Jardinópolis);
- Associação de Defesa do Meio Ambiente de Guaíra;
- Associação de Defesa do Meio Ambiente de Ituverava;
- Associação de Monitores de Ecoturismo de Ubatuba;
- Associação F.G.Guidotti para Estudo e Preservação da Natureza (Piracicaba);
- Associação de Proteção Ambiental de São Carlos;

- Associação Socioambiental Somos Ubatuba;
- Grupo Ecológico Nativerde (São José do Rio Pardo);
- Associação Cultural e Ecológica Raízes da Terra (Jaboticabal);
- Associação Filhos da Árvore (Ribeirão Preto);
- Associação Cultural e Humanística (Ribeirão Preto);
- Associação Civil SOS Barra do Una (São Sebastião);
- Associação Amigos do Camanducaia (Jaguariúna);
- Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região;
- AVA -Associação Vida Animal (Ribeirão Preto);
- Boitatá-Sociedade de Defesa Ecológica (Batatais);
- Campanha Billings, Eu te quero Viva! (São Bernardo do Campo);
- Centro Comunitário do Bairro Jaraguá (Piracicaba);
- Comunidade Ecológica de Orlândia;
- CAVE - Coletivo Alternativa Verde (Santos);
- CPI - Comissão Pró-Índio (São Paulo);
- DHEMA - Direitos Humanos e Meio Ambiente (São Paulo);
- EKIP Naturama de Franca; Elo Ambiental (Vinhedo);
- FEPARDO - Federação Pardo Grande de Entidades Ambientalistas e Ecológicas (Ribeirão Preto);
- Fórum das Entidades Cíveis da Bacia do CBHPCJ-Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari, Jundiá (Piracicaba);

- GAIA - Movimento Ecológico e Social (Embu-Guaçu);
- GPME - Grupo de Proteção dos Mananciais do Eldorado;
- GRUDE - Grupo de Defesa do Rio Piracicaba (Americana);
- IPAL 2001 - Instituto de Preservação Ambiental Louveira 2001;
- MDU - Movimento em Defesa de Ubatuba;
- MEL - Movimento Ecológico Livre (Mococa);
- MOVIBELO - Movimento dos Moradores do Campo Belo (São Paulo);
- Movimento SOS Guaraciaba (Santo André);
- Movimento SOS Itapevi;
- NIEMAIS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Meio Ambiente, Energia e Sociedade - Universidade Metodista de Piracicaba;
- ONAPROMA - Organização Nacional de Proteção ao Meio Ambiente (São Caetano do Sul);
- OPPA Jandaia - Organização Pró-Preservação Ambiental Jandaia;
- PHYSIS - Cultura e Ambiente (São Paulo);
- PROESP - Sociedade Brasileira de Proteção da Diversidade das Espécies (Campinas);
- Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto na América Latina (São Paulo);
- SAAP - Sociedade dos Amigos do Alto de Pinheiros (São Paulo);
- SAL - Sociedade de Amigos da Praia do Lázaro (Ubatuba);
- SAMPA - Sociedade dos Amigos do Balneário Mar Paulista (São Paulo);

- SASP - Sociedade dos Amigos de Sete Praias (São Paulo);
 - SATS-Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica (São Bernardo do Campo);
 - SEAE - Sociedade Ecológica Amigos do Embu (Embu);
 - SESBRA - Sociedade Ecológica de Santa Branca; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Piracicaba e Região (Piracicaba);
 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba, Rio das Pedras e Saltinho (Piracicaba);
 - Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba, São Pedro, Águas de São Pedro, Saltinho e Região (Piracicaba);
 - SINFRAJUPE - Serviço Interfranciscano de Justiça e Paz (São Paulo);
 - Sociedade Amigos da Lagoa do Santa Rosa e do Meio Ambiente (Piracicaba);
 - Sociedade dos Pescadores em Defesa do Meio Ambiente (Batatais);
 - Sociedade Ecológica Boca da Mata (Cajuru);
 - Sociedade Ecológica do Nordeste Paulista (Pedregulho);
 - Sociedade Ecológica Verde Vida (Barrinha);
 - Sociedade Ecológica Yara do Rio Pardo (Santa Rosa do Viterbo);
 - SODEMAP - Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba;
 - SOJAL - Sociedade de Amigos do Jardim Luzitânia (São Paulo); VerdeNovo (Louveira).
- **SOS Mata Atlântica leva a Alckmin denúncias contra Tripoli.**

Quinta-feira, 25 de outubro de 2001

"Trouxemos ao governador um conjunto de problemas que levaram à fragilização do Sistema Estadual do Meio Ambiente na gestão do secretário Ricardo Tripoli, que vem privilegiando interesses políticos sobre as questões ambientais", disse o ambientalista João Paulo Capobianco

São Paulo - Integrantes do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica entregaram, nesta quinta-feira, ao governador Geraldo Alckmin uma carta onde relatam problemas relacionados com a atual gestão da Secretaria do Meio Ambiente.

Participaram da audiência, além do governador, os secretários do Meio Ambiente, Ricardo Tripoli, e dos Recursos Hídricos, Antônio Carlos de Mendes Thame.

"Trouxemos ao governador um conjunto de problemas que levaram à fragilização do Sistema Estadual do Meio Ambiente na gestão do secretário Ricardo Tripoli, que vem privilegiando interesses políticos sobre as questões ambientais", disse o ambientalista João Paulo Capobianco.

Estavam presentes ainda o presidente da SOS, Roberto Klabin, o superintendente Mário Mantovani e os conselheiros Paulo Nogueira Netto, Fábio Feldmann e Rodrigo Mesquita.

Maura Campanili
<http://www.estadao.com.br>

• SEMINÁRIO.

Sexta-feira, 26 de outubro de 2001

O Engenheiro Adalberton Guarani Dias da Silva Junior,
convida os interessados para o,

CURSO DE MARKETING AMBIENTAL

Para maiores informação clique aqui:
<http://www.fenix-ambiental.com.br/mktamb.htm>

• Ministério Público Federal Processa CARBOCLORO e União.

Sexta-feira, 26 de outubro de 2001

O Ministério Público Federal em Santos ingressou com uma Ação Civil Pública contra a fábrica da CARBOCLORO OXYPAR INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A., em Cubatão, com o objetivo da recuperação e da compensação ambiental por causa da

gigantesca contaminação imposta por esta empresa ao meio ambiente da Baixada Santista, entre outras medidas que se fazem necessárias.

Leia a inicial da Ação:

http://www.acpo.org.br/site_mercurio/Inicial-da-ACP-MPF-X-UNI%C3O-E-CARBOCLORO.php

NOVEMBRO

• Área Contaminada.

Quinta-feira, 01 de novembro de 2001

ACPO acompanhou amostragem em área contaminada na Rhodia Química Santo André. Um inquérito tramita no Ministério Público do Estado de São Paulo, Curadoria do Meio Ambiente de Santo André.

• Reunião.

Quinta-feira, 08 de novembro de 2001

ACPO participou de reunião com a Associação dos trabalhadores contaminados por mercúrio em São Paulo.

• Notícias de Jornal.

Terça-feira, 20 de novembro de 2001

Agência Estado

Entidades voltam a pedir intervenção na Secretaria de Meio Ambiente

Coletivo das Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo protocolou hoje, no Palácio dos Bandeirantes, documento em que reitera o pedido de afastamento do secretário estadual do Meio Ambiente que reitera o pedido de afastamento do secretário estadual do Meio Ambiente

São Paulo - O Coletivo das Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo - formado por organizações não-governamentais cadastradas no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) -, protocolou hoje, no Palácio dos Bandeirantes, documento em que reitera o pedido de afastamento do secretário estadual do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli, e solicita ao governador Geraldo Alckmin que assuma interinamente a presidência do Consema.

Segundo Carlos Bocuhy, da Campanha Billings Eu Te Quero Viva e um dos representantes das entidades ambientalistas no Consema, “a nova carta é um apelo mais direto ao governador, que não respondeu à manifestação anterior”, disse. O documento foi aprovado em plenário do Coletivo das Entidades, em 12 de novembro, e traz em anexo a relação de 139 entidades que apoiaram a Moção de Agravo, lida em plenário do Consema, dia 16 de outubro, e enviada ao governador. Além de criticar o encaminhamento de políticas públicas e métodos de licenciamento, fiscalização e gestão ambiental da Secretaria, o Coletivo reivindica “representação efetiva e eficiente da sociedade paulista em tais assuntos”.

A nova carta, conforme Bocuhy, é também uma resposta das ONGs a um ofício do Consema enviado às entidades do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, para que confirmem se assinaram a Moção de Agravo e esclareçam as razões que as levaram a assinar o documento. Datado de 8 de novembro, o ofício enviado em nome da comissão especial do Consema criada para levantar os signatários do documento, dava um prazo de dez dias para as entidades responderem. Segundo o ofício, o silêncio da entidade “será interpretado pelo Conselho como prova de que esta não é signatária da Moção de Agravo em tela”.

Segundo a assessoria de imprensa do governador, o documento foi protocolado, mas Alckmin está fora do Palácio e só deverá receber a correspondência amanhã. Ricardo Trípoli informou que não tem conhecimento do novo documento, que já respondeu à Moção de Agravo do Coletivo e que recebeu 98 manifestações de apoio à sua gestão. “Para mim é um assunto encerrado”, disse.

Maura Campanili

<http://www.estadao.com.br>

DEZEMBRO

• Notícias de Jornal.

Sábado, 01 de dezembro de 2001

Jornal de Piracicaba

Meio-ambiente

Protesto insiste na saída de Trípoli

Cristina Perroni

Cerca de 100 pessoas fizeram manifesto em frente à SMA, ontem

Uma UTI Móvel deu várias voltas em ruas no entorno do prédio onde funciona a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no Alto de Pinheiros. Ela transportou por mais de 40 minutos um ambientalista vestido de palhaço, todo enfaixado. O protesto é contra a gestão da Secretaria e lançamento da campanha SOS SMA: ajude a salvar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, chamando a atenção da sociedade para o esvaziamento da capacidade da Secretaria de promover a defesa do meio ambiente e para pedir novamente a saída do secretário Ricardo Trípoli.

O manifesto teve a participação de aproximadamente 100 ambientalistas de diversas Organizações Não-Ambientais (ONGs) do Estado de São Paulo, observa o ambientalista e coordenador da entidade Bellings, Eu te quero viva!, Carlos Bocuhy.

O pedido de substituição de Trípoli ao governador Geraldo Alckmin foi encaminhado em forma de agravo, porém, segundo o ambientalista, "não houve nenhuma resposta ou qualquer tipo de manifestação por parte do governador em relação à questão", o que Bocuhy considera "um absurdo". Para ele, está havendo pacto de silêncio entre Trípoli e o governador Alckmin.

O Coletivo de Entidades Ambientistas com assento no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) decidiu pedir a saída de Trípoli do comando da Secretaria.

As organizações denunciam diversos problemas relacionados à atuação da Sema, destacando-se o esvaziamento do conteúdo técnico do órgão em seus processos decisórios; a concentração de poderes no Gabinete do secretário nas decisões sobre compensações ambientais, modificando procedimentos adotados nas gestões anteriores; mau desempenho na execução do Projeto de Proteção da Mata Atlântica, única fonte de investimentos para as Unidades de Conservação (UCs) de São Paulo; a exclusão da sociedade civil organizada e do Governo do Estado na implementação do macrozoneamento do litoral, favorecendo interesses setoriais de curto prazo e desqualificando o esforço empreendido por gestões anteriores e pela sociedade como um todo, além de o secretário aprovar a instalação de Carioba II, em Americana, antes do parecer final do Consema.

APOIO - Bocuhy afirma que apóiam o agravo contra Trípoli, oficialmente, 123 entidades ambientalistas, mas, segundo ele, existem mais de 150 que, extraoficialmente, já manifestaram apoio. O ambientalista diz que o movimento vai, agora, expandir pelo interior do Estado e Litoral Paulista.

• **SEGURANÇA QUÍMICA.**

Quinta-feira, 06 de dezembro de 2001

O Governo Brasileiro vem atuando na área por intermédio da Comissão Coordenadora do Plano de Ação para a Segurança Química - COPASQ, criada pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Dia 06 de dezembro de 2001, na sede da FUNDACENTRO em São Paulo aconteceu o I Seminário da COPASQ, onde foram divulgadas os progressos alcançados pelos Coordenadores Técnicos e seus respectivos grupos de trabalhos em cada uma das ações sob sua responsabilidade. ACPO e o Greenpeace marcaram presença neste seminário e sentiram que as ONGs não estão representadas na Comissão.

• O Coletivo das Entidades Ambientalistas decide pela retirada da sua bancada do CONSEMA.

Segunda-feira, 10 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Secretário

Tem a presente a finalidade de informar ao CONSEMA- Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que o Coletivo de Entidades Ambientalistas com cadastro junto ao Consema deliberou, em reunião ordinária realizada em 10 de dezembro de 2001, no Convento de São Francisco, em São Paulo, capital, pela retirada da bancada ambientalistas do Consema, até que o pedido de afastamento do Secretário Ricardo Tripoli, encaminhando em 16 de outubro de 2001, seja atendido pelo Sr. Governador

Solicitamos especial atenção para que essa nota seja lida na reunião plenária do Consema de 12 de Dezembro, dando ao colegiado ciência sobre o fato.

Atenciosamente

Carlos A. H. Bocuhy
Representante dos Ambientalistas do Consema

• Rhodia decide fechar a Acetow, umas de suas unidades químicas de Santo André.

Quinta-feira, 13 de dezembro de 2001

A Rhodia anunciou nesta quinta-feira que encerrará as atividades da unidade Acetow de Santo André. A empresa dispensará cerca de 150 trabalhadores, ocorre que tramita pela Curadoria do Meio Ambiente desta cidade um procedimento investigatório sobre a unidade química da Rhodia por contaminação ambiental e seus possíveis efeitos

sobre os trabalhadores. Espera-se que esta não seja mais uma manobra da empresa para fugir da sua responsabilidade de caráter ambiental e ocupacional.

Esta é a forma que a empresa tem de desejar um "Feliz Natal" a seus funcionários

• **CONSEMA.**

Dezembro de 2001

O Coletivo das Entidades Ambientalistas do CONSEMA ofereceu Representação ao Ministério Público Federal em São Paulo, contra a atual gestão ambiental do Estado.

Clique e leia a Representação na íntegra:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/REPMFSP.htm

A ACPO deseja a todos indistintamente

**Um FELIZ NATAL
&
PRÓSPERO ANO NOVO**

Salve 2002

Endereço para Correspondência: CAIXA POSTAL 73.923 CEP: 11025-032 - Santos - SP - Brasil

Oficina: Av. Pedro Lessa n.º 2672, sala 13 - Embaré

CEP: 11.025-002 - Santos - SP - BR. - TEL/FAX: (013) 3273 5313

Internet - <http://www.acpo.org.br> / e-mail - acpo@acpo.org.br

FUNDADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1994